Autores de agressão exibida no Facebook só vão presos se não voltarem à escola

Rita Araújo

Cinco dos seis arguidos no caso da agressão à jovem de 13 anos, em Maio, junto ao Centro Comercial Colombo, em Lisboa, publicitada num vídeo colocado no Facebook, foram condenados a penas de prisão entre 18 meses e dois anos e nove meses que foram suspensas sob condição de os jovens voltarem à escola ou frequentarem cursos de formação. Apenas um dos seis arguidos foi absolvido, porque "não aderiu ao crime".

Os arguidos terão ainda de colaborar com entidades como a APAV no apoio a vítimas de crimes violentos ou de acidentes de viação, durante o período de suspensão das penas.

A autora das agressões, Bárbara Oliveira, não compareceu à leitura do acórdão. Segundo o juiz-presidente, a idade dos arguidos e as infâncias em "meios desfavorecidos" foram tidas em conta, julgando-se que a "simples ameaça de prisão" será suficiente para que estes jovens não reincidam. O juiz Lopes Barata disse que, caso as expectativas do colectivo sejam defraudadas, "as penas serão cumpridas". Após a leitura do acórdão, à saída das varas criminais, o jovem que filmou as agressões agrediu uma jornalista que se encontrava no local com um pontapé, tendo sido ajudado pela mãe.

Os seis jovens estavam acusados dos crimes de ofensa à integridade física qualificada, gravações ilícitas e roubo nas formas tentada e consumada. Não ficou provada a premeditação, embora todos os arguidos soubessem que a vítima seria agredida e não teria hipótese de se defender. Quanto às gravações, o juiz considerou não haver elementos probatórios para dizer que todos os arguidos sabiam e concordaram com elas.

Para Lopes Barata, o crime demonstra "um grau de desprezo pela pessoa humana que deixou atónito o tribunal", sendo "ainda mais incompreensível" por se tratar de um grupo de amigos. A mãe da vítima, Elisabete Bernardo, diz que é uma "oportunidade" que se dá aos seis jovens, mas ficaria mais contente com penas efectivas. A ofendida, que está a ser acompanhada psicologicamente, não compareceu em tribunal. A advogada mostrou-se satisfeita, mas afirma que o pedido cível continua. "Deu-se o exemplo", disse Flávia Xavier. O advogado do jovem que filmou as agressões também se mostrou satisfeito, nomeadamente pela "ausência de qualquer prova relativamente à premeditação". Carlos Viegas declarou-se confiante de que o jovem "tem perfil" para melhorar.

Bárbara Oliveira, à altura dos factos com 16 anos, foi condenada com a pena mais gravosa (dois anos e nove meses), por ofensas à integridade física qualificada e por dois crimes de roubo.

DR

Agressão ocorreu em Maio do ano passado perto do Colombo

Há 80 cursos das áreas de Gestão, Finanças ou Banca que est
os mais afectados e que são frequentados por 7.446 estudant

Ana Petronilho
ana.petronilho@economico.pt

Há mais de 31 mil estudantes do ensino superior que se arriscam a ver o seu curso encerrado. Isto porque a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) termina em Abril a segunda fase do processo de avaliação e acreditação de todos os cursos superiores portugueses, que teve início em Maio do ano passado. Neste momento estão a ser analisados 421 cursos que estão em funcionamento em institutos politécnicos e universidades públicas e privadas – entre licenciaturas, mestrados e doutoramentos – de 22 áreas e que estão a ser frequentados por 31.272 estudantes, revela Alberto Amaral, responsável pela A3ES ao Económico.

São cursos que "oferecem algumas dúvidas", refere o presidente da A3ES, explicando que por isso foram submetidos "a um sistema de avaliação com visitas" às instituições de ensino superior. Caso o curso não venha a ser acreditado pela A3ES "deixa de poder admitir novos alunos e deve encerrar em dois anos, funcionando apenas para alunos que queiram acabar os cursos", alerta Alberto Amaral. Mas o presidente da A3ES acredita que muitos dos alunos que frequentam cursos não acreditados acabam por "mudar para um curso acreditado em outra instituição".

A maior fatia de cursos em análise (80 cursos) são da área de Ciências Empresariais, da qual fazem parte os cursos de Finanças, Banca, Seguros, Contabilidade, Fiscalidade ou Gestão e Administração, entre outros, que estão a ser frequentados por 7.446 estudantes. Em segundo lugar, estão os 36 cursos da área de Serviços pessoais – Turismo, Restauração e Desporto – que são frequentados por 4.729 estudantes. Seguidos dos 51 cursos de Saúde em análise que têm 4.597 alunos.

Para que um curso seja acreditado é necessário que pelo menos 50% do corpo docente seja doutorado na área que lecciona e deve existir, pelo menos, um professor doutorado por cada 30 alunos. Além disso, mais de metade dos docentes com o grau de doutor devem estar em regime de tempo integral e têm que desenvolver actividades na área da investigação. Estas são algumas das condições que estão fixadas no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

A A3ES avalia ainda "outros factores que influenciam a qualidade do ensino como bibliotecas, meios informáticos ou laboratórios", explica Alberto Amaral, que sublinha que "se o ensino estiver a ser feito em condições que claramente não cumprem esses mínimos então não será possível conceder a acreditação."

Nova fase de avaliação arranca em Maio

Alberto Amaral revela ainda que "a partir de Maio começa a avaliação de todo o resto do sistema (os 3599 cursos com acreditação preliminar) divididos num ciclo de cinco anos".

Na primeira fase do processo de avaliação, que terminou em Maio do ano passado e que arrancou há cerca de três anos, foram encerrados 1.221 cursos superiores. Para Alberto Amaral a acreditação de cursos "é um processo normal na maioria dos sistemas de ensino superior e só causa mais problemas em Portugal devido à falta de regulação eficiente durante muitos anos." O presidente da A3ES espera ainda que, "havendo um sistema eficiente de regulação da qualidade a funcionar e uma vez eliminados alguns casos graves, o sistema estabilize e a maioria dos casos com problemas possa ser resolvido". ■

ÁREAS DOS CURSOS

A área de Ciências Empresariais é a que tem o maior número de cursos em análise, nesta fase da avaliação da A3ES.

Fonte: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

NÚMERO DE ALUNOS

Os cursos em análise na área das Ciências Empresariais são os mais frequentados.

Áreas	Número de Alunos
Ciências Empresariais	7446
Serviços Pessoais	4729
Saúde	4597
Direito	3464
Arquitectura e Construção	2560
Ciências Sociais e do Comportamento	2450
Formação de professores/ formadores e ciências da educação	1135
Serviços Sociais	986
Informática	916
Engenharia e técnicas afins	777
Artes	544
Serviços de Segurança	516
Serviços de Transporte	264
Humanidades	245
Ciências Veterinárias	211
Ciências da Vida	195
Protecção do Ambiente	125
Indústrias Transformadoras	59
Matemática e Estatística	27
Informação e Jornalismo	20
Ciências Físicas	6

Fonte: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)

Ferido em queda de 120 metros

■ Albano Rodrigues sofreu despiste de automóvel e caiu em ravina. Sobreviveu ao acidente

● FRANCISCO MANUEL

Um homem de 60 anos sobreviveu, ontem, a uma queda numa ravina de 120 metros, com uma inclinação de 90 por cento, em Bouceguedim, na freguesia de Moldes, em Arouca. Albano Rodrigues despistou-se pelas 07h30, cerca de 200 metros depois de sair de casa, sofrendo apenas algumas escoriações e ferimentos ao nível do tórax. "Foi um milagre. Salvou-se graças à minha neta, porque senão ficava lá em baixo e ninguém o via", disse ao **Correio da Manhã** a mulher da vítima, Conceição Pereira.

A jovem neta de Albano Rodrigues estava perto do local do acidente e, depois de o avô passar de carro, ouviu um estrondo e deixou de ver o automóvel.

"Foi milagre. Salvou-se graças à neta, que ouviu"
Conceição Pereira

Seguiram-se momentos de aflição, com os familiares e amigos a percorrerem a estrada sem sinais do homem, que estava no fundo da ravina com o automóvel no rio, a gritar por socorro.

"Ouvíamos os gritos, mas não víamos nada, até que descemos e encontrámo-lo", acrescentou ontem a filha da vítima, Lúcia Rodrigues.

"Por sorte, o carro não capotou e parou no rio com pouca água, caso contrário poderia ser uma tragédia", explicou ao **CM** Floriano Amaral, comandante dos Bombeiros de Arouca. Albano caiu num local de difícil acesso com vegetação muito densa. ■

SÓ 19% DOS COMBOIOS VÃO CIRCULAR HOJE

Dia de Carnaval com greve na CP

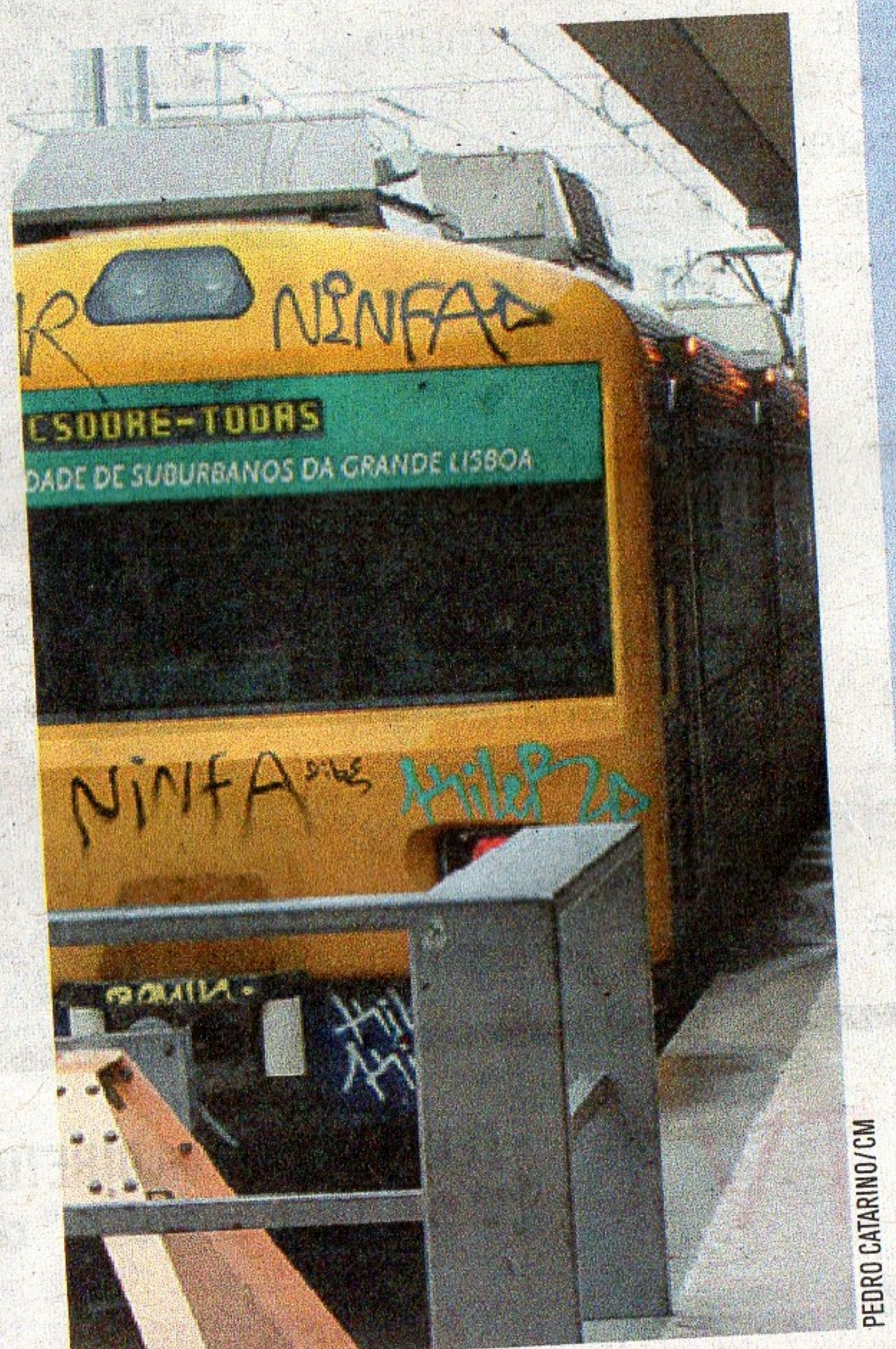
Hoje é Dia de Carnaval, mas quem anda de comboio pode não achar graça à greve de hoje dos maquinistas da CP ao trabalho em horas extraordinárias, dias de descanso semanal e feriados que têm em curso, uma vez que o Acordo de Empresa considera este dia feriado. Uma paralisação decretada em janeiro pelo Sindicato Nacional dos Maquinistas e que se estende até ao final deste mês.

Funcionários do Metro de Lisboa dizem não às horas extra até 31 de março

Estão, no entanto, garantidos os serviços mínimos decretados pelo tribunal arbitral, que, segundo a CP, abrangem a realização de 162 comboios, ou seja "cerca de 19 por cento da oferta" da CP, que tinha previsto a circulação de 841 comboios.

Ana Portela, porta-voz da CP, esclarece que os serviços mínimos dizem respeito aos "urbanos de Lisboa e do Porto, a um pouco mais de 20% da oferta que seria normal e nos serviços de longo curso e regional a cerca de 15%".

Especiais cancelados. Uma greve que levou ao cancelamento dos comboios especiais de Carnaval para Ovar e Estarreja. Duas cidades da zona Centro/Norte de grande tradição na festa do Carnaval.



PEDRO CATARINO/CM

Circulação ferroviária afetada

Também os trabalhadores do Metro de Lisboa estão em greve às horas extra desde a meia-noite de ontem. A paralisação prolonga-se até 31 de março, segundo disse à Lusa Anabela Carvalhosa, da Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações. Estão previstas "algumas perturbações", admitiu a dirigente. □

/ TÂNIA LARANJO

Francisco Esperança, que na última semana ficou conhecido como 'Monstro de Beja', pode não ter conseguido enterrar todos os segredos da família com o suicídio, sexta-feira. A paternidade da pequena Maria – assassinada, tal como a mãe e a avó – que se suspeita que seja simultaneamente neta e filha do homicida, pode ainda ser despistada. O Ministério Público (MP) tem uma possibilidade legal de pedir os exames de ADN, de forma a perceber se houve ou não incesto, invocando que está em causa o direito ao bom nome da menina de quatro anos.

O pedido de exames de ADN no caso de Beja, a acontecer, deverá ser inédito em Portugal. Não é conhecida, até ao momento, qualquer situação em que ambos os intervenientes nos testes de paternidade tenham já morrido. A situação está, no entanto, prevista na lei. O MP pode invocar que o direito ao bom nome de Maria foi colocado em causa quando surgiram publicamente as primeiras informações

se colocou em cima da filha, formando um escudo humano para a tentar proteger do assassino. A menina era a vítima que apresentava menos ferimentos.

ATACA MULHER PRIMEIRO
A Judiciária concluiu que Benvinda, mulher do homicida, terá sido a primeira a ser atacada. A PJ desconhece, no entanto, se os primeiros golpes foram logo fatais, ou se houve um segundo ataque.

CATANA NO QUINTAL
Após matar toda a família em casa, Francisco Esperança atirou a catana ensanguentada para o quintal. A arma tinha as impressões digitais do assassino.

VÍTIMAS DE PIJAMA
A três vítimas do 'Monstro de Beja', que apenas alegou à PJ ter cometido os crimes por dificuldades financeiras e problemas de saúde, foram encontradas de pijama.

Benvida, 53 anos; Cátia, 28; e Maria, 4; foram mortas à catanada

que davam conta das suspeitas de amigos e familiares relativamente à paternidade da criança.

O direito ao bom nome prevê que a verdade deverá ser apurada, de forma a repor a dignidade da pessoa falecida.

Familiares e amigos levantaram suspeitas à Judiciária

Durante a manhã de ontem, foi realizada a autópsia ao corpo de Francisco Esperança no Instituto de Medicina Legal de Lisboa, tendo-se confirmado a morte por asfixia – após enforcamento na cela. Foram, no entanto, pedidos exames toxicológicos complementares à autópsia, que constituem um procedimento de rotina nestes casos.

O corpo do homicida não tinha ainda sido reclamado à hora de fecho desta edição. Francisco Esperança não tem familiares directos vivos, pelo que existe a forte probabilidade de as cerimónias terem de ser suportadas pela Santa Casa da Misericórdia. O cadáver terá de ser reclamado, no máximo, 30 dias a contar da data de morte. ■

O meu Barça é melhor que o teu

Brasileiro diz que a equipa do seu tempo tinha rivais mais fortes

■ O provérbio "a galinha da vizinha é sempre melhor que a minha" não convence Juliano Belletti. O homem que galvaniza a ala direita no Barcelona de Frank Rijkaard está enfadado com o Barça de agora. O brasileiro, campeão europeu nos culés em 2006, fez uma declaração surpreendente a uma estação de televisão: "O Barça do meu tempo era melhor que o atual. Dou muito mais valor à equipa onde joguei."

A principal explicação para tão arrojada tese está no tipo de rivais que o antigo lateral, de 35 anos, enfrentou e os atuais: "Jogávamos contra o Real Madrid de Zidane, Figo e Ronaldo, o Milan de Kaká, ou até o Liverpool, que atravessava um bom momento."

Estrelas. A filosofia tática dos culés também não agrada a Belletti: "Nós tínhamos um esquema bem definido. Às vezes parece que usam um 3-7, com três defesas e os outros a atacar". Para Belletti, Messi não convence tanto como Ronaldinho o fez um dia. "Messi tem mais ajuda do que tinha o Ronaldinho. Se me pedissem para escolher entre o Ronaldinho daquela época e o Messi atual, ficaria com o Gaúcho", justificou. J.P.

QUEM É

Juliano Haus BELLETTI

Nascimento: Cascavel, Brasil, 20/6/1976, 35 anos

Posição: Lateral-direito

Clubes: Cruzeiro, São Paulo, Atlético-MG, Villarreal, Barcelona, Chelsea e Fluminense

Títulos: Mundial'2002, Mineirão (1996 e 1999), Paulistão (1998 e 2000), Liga dos Campeões (2005/2006), Liga espanhola (2004/2005 e 2005/2006), Supertaça espanhola (2005 e 2006), Premier League (2009/10), Taça de Inglaterra (2008/2009 e 2009/10), Supertaça de Inglaterra (2009) e Brasileirão (2010)

Crato quer revisão curricular em Março

No dia que termina a discussão pública o Governo recebeu mais de 829 propostas de professores.

Ana Petronilho
ana.petronilho@economico.pt

O ministro Nuno Crato quer ter a nova estrutura curricular do ensino básico e secundário pronta em Março. "É intenção do Ministério da Educação e Ciência ter a versão final da revisão da estrutura curricular pronta em Março, permitindo assim às escolas atempadamente preparar o próximo ano lectivo", revela ao Diário Económico fonte oficial da tutela.

No dia que termina a discussão pública sobre a revisão curricular, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) recebeu mais de 829 propostas de professores e sindicatos, tendo já sido analisado 753 contributos, até ao final da semana passada. Apesar dos pedidos da Fenprof e da FNE para estender a discussão por mais um mês, a iniciativa - que arrancou no dia 11 de Janeiro - termina hoje.

Durante os próximos, dias a tutela do ministro Nuno Crato vai analisar os restantes contributos para que depois venha a ser apresentada uma versão final da revisão curricular.

Para além das propostas recebidas através da Internet, o ministério garante que foram ouvidos cerca de 1.500 directores e representantes de escolas de todo o País pelo ministro, pela Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, Isabel Leite e pelo o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida, durante este processo.

Da versão inicial - que foi apresentada pelo Governo no passado dia 12 de Dezembro - a eliminação da Formação Cívica tem sido o principal foco de críticas dos sindicatos. Também o Conselho Nacional de Educação e o Provedor de Justiça, Alfredo José de Sousa, manifestaram preocupação com o assunto. O Provedor chegou mesmo a enviar uma carta a Nuno Crato na qual refere que a eliminação desta disciplina não respeita o cumprimento internacional "na promoção de uma cidadania activa e no conhecimento pelos cidadãos dos seus direitos e deveres fundamentais face ao Estado".

Nuno Crato diz que já analisou 753 contributos quer apresentar uma versão final da revisão em Março, para que as escolas preparem o próximo ano lectivo.

Mas Nuno Crato - que quer reforçar as disciplinas que considera fundamentais (Português, Matemática, História e Geografia) - diz que a proposta inicial tem sido, no geral, "muito bem acolhida". Opinião contrária à dos sindicatos que defendem que esta revisão é "manifestamente incompleta" sendo apenas "um instrumento de contenção orçamental", diz a FNE. A Fenprof estima mesmo que a proposta "mais de dez mil professores ficam desempregados". ■

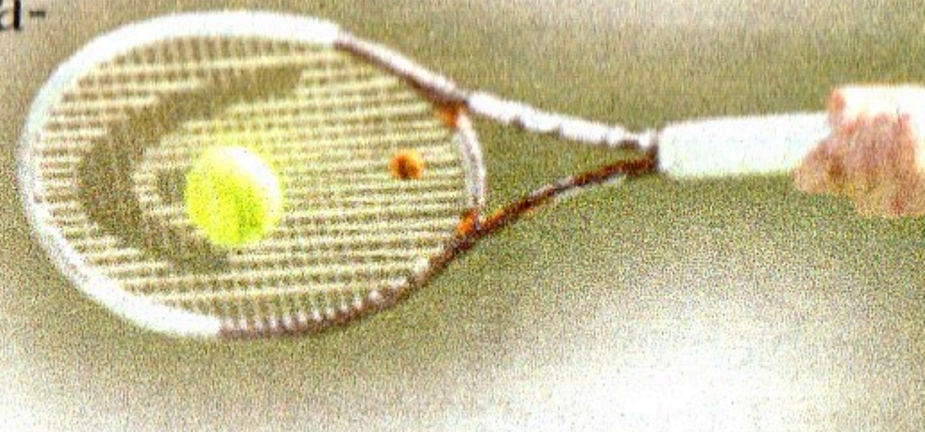
PUB

à sombra de Novak

Djokovic é o melhor tenista do ranking ATP e já venceu cinco torneios do Grand Slam. Djokovic é o número 869 do ranking ATP e nunca ganhou uma prova. Novak, o primeiro, é em tudo diferente de Marko, o seu irmão mais novo, de 20 anos. A começar pela posição ATP: com a mesma idade do irmão, Novak Djokovic, hoje com 24, era o número 3 do Mundo e já contava com um triunfo no Open da Austrália, em 2008.

Agora, os sérvios estão no Dubai para participar numa competição conquistada em 2011 por Novak, sendo que Marko – entrou com wild-card – já saiu de cena por força da derrota frente a Andrey Golubev (143.º), do Cazaquistão, na 1.ª ronda, por 6-3 e 6-2. Novak, por outro lado, está na 2.ª eliminatória. "Por vezes tenho vantagem nos encontros porque os adversários ficam com algum receio, por causa do meu apelido. Foi o que aconteceu hoje (ontem) com o Golubev, que começou a medo", afirmou o jovem tenista.

Prós e contras. O facto de ser irmão do melhor tenista da atualidade tem as suas vantagens. "O meu irmão ajuda-me muito. Em termos financeiros tenho tudo aquilo que preciso, desde treinadores, material e boas condições de treino", explicou Marko Djokovic.



Mas, como em tudo na vida, também existem algumas desvantagens. "Há muita pressão. Toda a gente espera o melhor de mim, mas é muito difícil. Tento dar sempre o meu melhor", frisou Marko que, em novembro de 2010, alcançou a sua melhor posição de sempre na lista ATP (628.º). "Felizmente, penso que ainda posso vir a melhorar muito", completou o sérvio. P.P. □

O irmão do número 1 do Mundo admite que o apelido por vezes lhe traz vantagens

Empresa do Presidente da Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins foi denunciada por emitir facturas diferentes das encomendas

● CATARINA GOMES SOUSA/
/TÂNIA LARANJO

Rui Moutinho, presidente da APIMA – Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins – está a ser investigado por fraude fiscal. A empresa daquele, a Moutinho & Moutinho, terá apresentado valores monetários diferentes entre as encomendas e a facturação, o que corresponde a fraude no valor de, pelo menos, 300 mil euros.

A denúncia à Direcção de Finanças do Porto partiu de vários associados da APIMA, que se sentiram vítimas de concorrência desleal, por parte do próprio presidente. Aquela repartição está agora a analisar os dados da empresa desde 2007 até 2009. Os dois anos anos seguintes também deverão ser vistoriados.

Em três anos, a Moutinho & Moutinho – empresa de fabrico de mobiliário, com sede em Gondomar – terá utilizado uma forma ilegal de facturação, que lhe permitia fugir aos impostos. A denúncia dá conta de que, sempre que era recebida uma encomenda, os dados eram registadas no sistema da empresa, para que, posteriormente, fosse efectuado um plano de carga – base para a emissão da factura total ou parcial, correspondente a cada encomenda do cliente. No entanto, existe uma desconformidade de um milhão e 250 mil euros entre as encomendas e a facturação. A empresa facturava menos produtos do que aqueles que, efectivamente, vendia.

Rui Moutinho pode ser acusado de fuga ao Fisco, no valor de meio milhão de euros

O Fisco averigua uma fraude ao Estado de, pelo menos, 300 mil euros. Nos últimos dois anos estarão em causa mais 200 mil, o que poderá atingir meio milhão de euros.

Estado pode ter sido lesado em meio milhão de euros

Contactado pelo **Correio da Manhã**, Rui Moutinho mostrou-se surpreendido pela investigação e garantiu nada saber sobre o crime pelo qual está a ser investigado. "Desconheço completamente essa situação. Não sei de onde surgiu essa denúncia, e ainda ninguém entrou em contacto comigo", afirmou o presidente da APIMA. ■

PORMENORES

ESQUEMA

O método utilizado na Moutinho & Moutinho passaria por passar facturas com valores mais baixos do que os reais. A fuga aos impostos, entre 2007 e 2009, terá sido de 300 mil euros.

DENÚNCIA

A fraude fiscal foi denunciada à Direcção das Finanças do Porto por vários associados da APIMA, que se sentem injustiçados com o crime cometido pelo próprio presidente.

Em tribunal por violência doméstica

Rui Moutinho já esteve a braços com a Justiça, em 2010. O presidente da APIMA foi acusado, pela ex-mulher, de violência doméstica, que disse ainda que aquele a ameaçava de morte. O julgamento decorreu no Tribunal de Gondomar. Moutinho sempre negou as acusações e afirmou que se tratava de uma "vingança pessoal", depois de um casamento de 23 anos. Apenas confessou os insultos e acusou a ex-mulher de lhe ter retirado um milhão de euros da conta pessoal. ■

Maria Rosário contraiu dívidas após c

● MAGALI PINTO

O salário de professora e os rendimentos do ex-marido, um agente da PSP, garantiam a Maria Rosário Poças uma vida desafogada. O divórcio, há dois anos, trouxe mais despesas e um aglomerado de dívidas – mais de cem mil euros. Desesperada, a professora primária no agrupamento de escolas Dom Francisco Manuel de Melo, na Amadora, lançou-se no mundo do crime. Está presa em Paris, desde segunda-feira, depois de ter sido detida, em flagrante delito, no aeroporto, quando transportava cerca de um quilo de cocaína, vinda da Colômbia.

Um responsável da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas em França garantiu ao **CM** que Maria do Rosário, 50 anos, assumiu logo às autoridades a droga que trazia na bagagem. "Fomos contactados pela polícia do aeroporto de Orly, que a tinham sob detenção. Quarenta e oito horas depois foi levada a um juiz, que confirmou a prisão", disse. A professora está no estabelecimento prisional de Fleury Mérogis . Os familiares, sobretudo as duas filhas, estão desesperados.■

Docente assumiu o crime quando foi abordada pela polícia

Senhorios não
idosos com ma

Apesar de não poder denunciar o contra

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

Os senhorios não podem despejar os seus inquilinos com mais de 65 anos caso não haja acordo entre as partes para actualizar o valor da renda. Esta é uma dúvida que atinge muitos proprietários que querem aumentar os montantes pagos pelos arrendatários com mais de 65 anos e com contratos de arrendamento antigos - anteriores a 1990. A única excepção é mesmo se os inquilinos não pagarem as rendas devidas e, aí sim, poderão ser despejados, independente da idade.

O especialista da sociedade Garrigues, Miguel Marques dos Santos, explica que, tal como nos restantes casos, é ao senhorio que cabe a iniciativa de actualizar a renda. Mas se não houver acordo - e o inquilino não concordar com os valores propostos durante a negociação - o senhorio não pode denunciar o contrato, adiantou ainda.

No entanto, o senhorio pode sempre aumentar a renda. Se não chegarem a acordo quanto ao valor a pagar será imposto um aumento anual que fica limitado a 1/15 do valor patrimonial da casa. Por exemplo, uma casa avaliada em 150 mil euros pode subir para 10.500 euros anuais, ou seja, uma renda mensal de cerca de 875 euros.

Mas e se o inquilino não tiver rendimentos? A proposta de lei prevê que sejam aplicados os mesmos mecanismos para os inquilinos com carências económicas. Assim, quem tenha um rendimento anual bruto corrigido (RABC) do agregado inferior a cinco retribuições mínimas nacionais anuais (RMNA) terá aumentos mais suaves: a nova renda corresponderá a um máximo de 25% do RABC do agregado familiar do arrendatário ou a um máximo de 10% do RABC, no caso de o rendimento do agregado familiar ser inferior a 500 euros por mês.

A renda actualizada não sofrerá alterações durante cinco anos, tendo o arrendatário que comprovar anualmente a situação de carência económica. Se não o fizer perde o direito a esta protecção. No final dos cinco anos, o senhorio pode actualizar a renda, sem que o arrendatário possa invocar a situação de dificuldades financeiras. Se nessa altura não tiver meios para pagar renda pode, então, pedir o subsídio de renda. ■

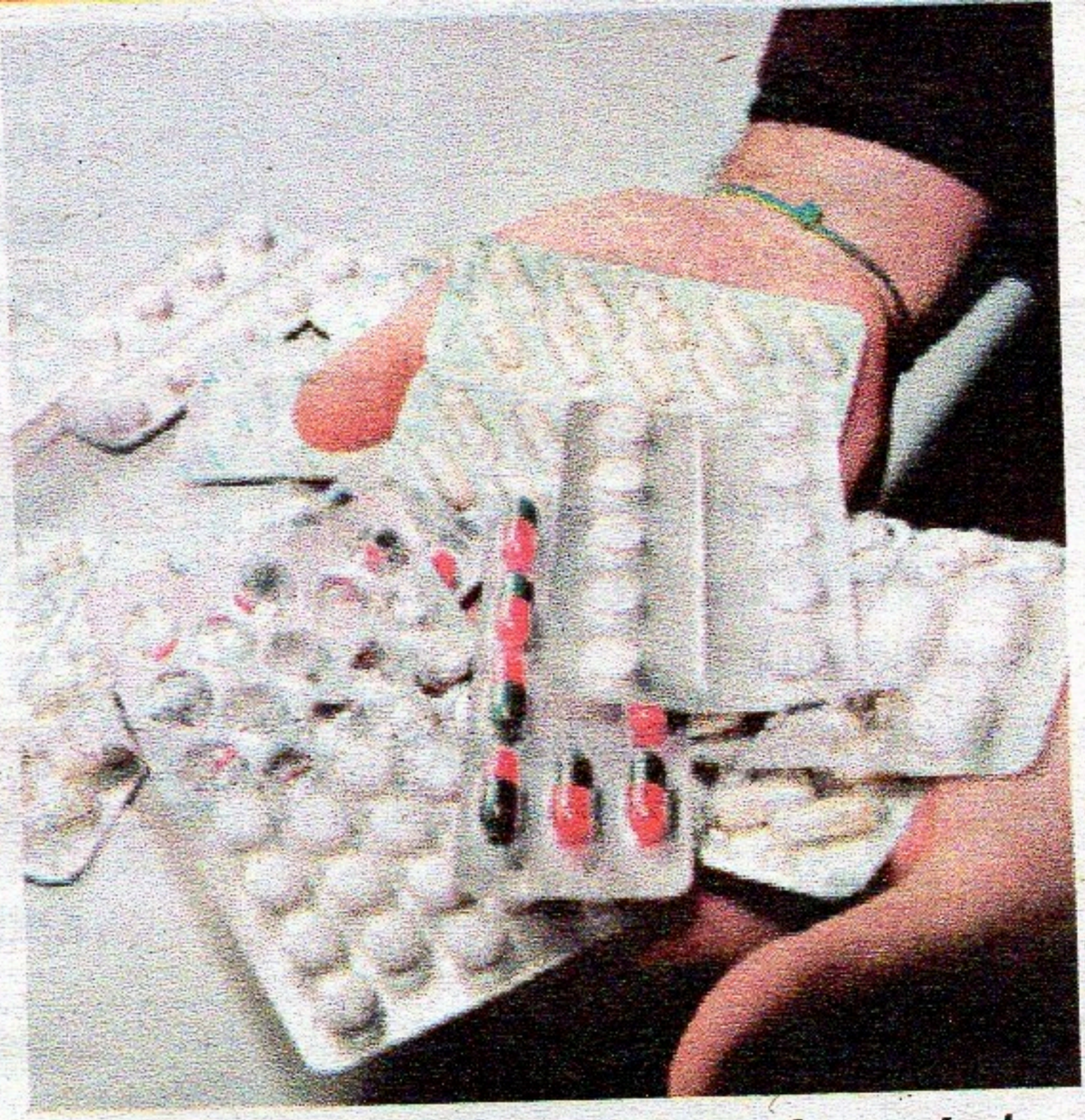
O especialista da Garrigues, Pedro Marques dos Santos, explica que só em caso de não pagarem as rendas é que os idosos com mais de 65 anos podem ser despejados.

ENTRAM HOJE EM VIGOR

Medicamentos com novos preços

■ É já a partir de hoje que os medicamentos passam a ser mais baratos para os utentes, com a indústria a ter a obrigatoriedade de não colocar nas farmácias medicamentos que apresentem preços diferentes dos definidos por lei. Ainda assim, as farmácias dispõem de três meses para escoar produtos ao valor antigo. As novas regras para a formação dos preços constam de uma portaria publicada ontem, que veio regulamentar um decreto-lei de novembro que determinou "uma baixa generalizada dos preços" para os utentes e uma poupança dos gastos públicos.

O diploma define ainda que os preços dos genéricos "devem ser reduzidos até ao valor correspondente a 50 por cento do preço máximo, administrativamente fixado, do medicamento de referência com igual dosagem e na mesma forma farmacêutica". □



DR RECORD

Utentes vão poupar na farmácia

FORA DA PROPOSTA FICOU TRABALHO EXTRA

Maratona para tentar acordo

■ Governo, patrões e sindicatos reuniram-se ontem em sede de concertação social para discutir as propostas do Executivo para alterar as leis laborais. A CGTP abandonou a reunião três horas após o seu início, com o seu líder, Carvalho da Silva, a considerar que o documento em negociação representa o maior retrocesso das últimas décadas. A maratona negocial continuou entre o Executivo, a UGT e os representantes dos patrões, já

CGTP abandonou reunião com o Governo para alterar leis laborais

sem a proposta do aumento do horário de trabalho em meia hora por dia em cima da mesa.

Uma longa reunião para tentar alcançar um acordo tripartido, que fontes das negociações davam como "quase certo", porém até à hora de fecho desta edição ainda não havia confirmação.

As propostas do Governo passam pelo corte nos dias de férias e por mudanças na atribuição do subsídio de desemprego, nos despedimentos e nas indemnizações. Quanto a este último ponto, o Executivo prevê que as novas regras para as indemnizações por cessação do contrato de trabalho só sejam aplicadas na totalidade aos contratos celebrados depois de novembro. O Governo pretende ainda que a possibilidade de as empresas encerrarem junto aos feriados, descontando a "ponte" nas férias dos trabalhadores, vigore em 2012 e 2013. As alterações ao subsídio de desemprego, que foram conhecidas no fim-de-semana, também estiveram em cima da mesa. □

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Carvalho da Silva não negociou

Pólo Zero já vai estar ao serviço dos estudantes em 2012/2013

Espaço da renovada Praça dos Clérigos terá 520 metros quadrados. Incluirá zonas de estudo e gabinete de empreendedorismo

Patrícia Carvalho

O Pólo Zero da Federação Académica do Porto (FAP) não vai ficar, afinal, completamente nas mãos da FAP. O espaço situado na renovada Praça de Lisboa será partilhado e gerido de forma integrada por esta entidade mas também pela Câmara do Porto, pela Universidade do Porto (UP) e pelo Instituto Politécnico do Porto (IPP). O Pólo Zero deverá ser inaugurado no final do Verão e estar a funcionar em pleno no próximo ano lectivo.

É uma promessa antiga de Rui Rio à FAP e, talvez por isso mesmo, a única valência da Praça de Lisboa que nunca foi posta em causa, ao longo dos anos de incerteza sobre a ocupação do espaço em reabilitação. Com as obras no local a avançarem a passo de gigante, o Pólo Zero, com 520 metros quadrados, começa a desenhar-se. O presidente da FAP, Luís Rebelo, diz ao PÚBLICO que o espaço "irá colmatar uma lacuna" do núcleo mais central da UP. "Finalmente vamos ter um espaço de estudo, com horário alargado, algo que já existe na Asprela mas que aqui no centro não tínhamos", diz.

A área que a UrbaClérigos, responsável pela reabilitação da praça, irá entregar à Câmara do Porto, e que será depois gerida de forma partilhada pelo município, FAP, UP e IPP, vai oferecer salas de estudo para os universitários. A intenção da FAP é mobilar esses espaços, mas deixar aos estudantes a obrigação de levar para o local o equipamento informático de que possam necessitar. Além das áreas de estudo, uma parte do espaço deverá ser concessionada a quem lá quiser montar uma cafetaria, e está prevista também a criação de um gabinete dedicado ao empreendedorismo.

Se, no caso da cafetaria, a intenção da FAP é oferecer "algum conforto" aos utilizadores do Pólo Zero e também conseguir "alguma sustentabilidade financeira", o gabinete de empreendedorismo e inovação pretende ser o local certo para fazer a ponte entre o ensino superior e o mercado de trabalho. "Este será o espaço mais indicado a quem quiser, por exemplo, lançar a sua própria empresa", explica Luís Rebelo, ressalvando que poderá existir ali também uma valência de apoio à procura de emprego. "Tudo isto ainda está a ser trabalhado com os nossos parceiros fundamentais, uma vez que não vamos deter o espaço a cem por cento e existe uma lógica de partilha na gestão do pólo", explica.

O presidente da FAP não se compromete com a possibilidade, já avançada, de o Pólo Zero estar aberto ao público durante as 24 horas do dia, garantindo apenas que terá "o horário mais alargado possível".

A reabilitação da Praça de Lisboa representa um investimento na ordem dos seis milhões de euros e, depois de muitos adiamentos, a inauguração está agora agendada para Junho. O espaço fechado, rasgado a meio por uma passagem a céu aberto, vai dispor de dez espaços comerciais, sendo o maior deles todos, com 1900 metros quadrados, um restaurante com a assinatura Shis.

No topo da praça, idealizada pelo gabinete do arquitecto Pedro Balonas, irá nascer um espaço relvado, pontuado por oliveiras e com três pequenos quiosques, complementados por esplanadas.

A Câmara do Porto cedeu o direito de superfície da praça à UrbaClérigos por 50 anos - a única empresa a apresentar-se ao concurso público lançado pelo município em 2006, com o objectivo de reabilitar e explorar o espaço.

Roberto Carlos termina carreira

REUTERS

■ O percurso de Roberto Carlos nos relvados está a chegar ao fim. Aos 38 anos, o lateral-esquerdo anunciou, em entrevista ao jornal espanhol "Marca", que vai terminar a carreira em dezembro. O brasileiro, campeão mundial em 2002, acaba assim nos russos do Anzhi Makhatchkala, que representa desde fevereiro de 2011.

"O meu contrato como jogador do Anzhi acaba em junho de 2013, mas em dezembro tenho a possibilidade de terminar a minha carreira. Depois disso continuarei no clube, como adjunto do presidente Suleiman Kerimov", revelou o defesa.

Roberto Carlos explicou que lhe foi pedido ajuda por parte de Kerimov, com o objetivo de "reforçar a estrutura do clube nos próximos dez anos". "Não paro por estar lesionado, mas porque a minha vida desportiva foi completa. Joguei no Palmeiras, no Inter Milão, no Real Madrid, vivi tudo o que um jogador pode viver enquanto futebolista", acrescentou.

Para além do Mundial conquistado ao serviço do Brasil, Roberto Carlos conta ainda com três Ligas dos Campeões (1998, 2000 e 2002) ao serviço do Real Madrid, clube que representou durante 11 épocas.

Lateral brasileiro assume funções diretivas no Anzhi a partir de dezembro

Lionel Messi. Na mesma entrevista, o lateral-esquerdo garantiu que o Anzhi, se quisesse, "contratava Messi amanhã mesmo". Palavras certamente ocas, tendo em conta que o mesmo Roberto Carlos já havia sugerido que o seu clube poderia contratar Mourinho, tendo acabado por chegar a acordo com o técnico russo Yuri Krasnozhan. L.M. □

● **MAGALI PINTO** TEXTOS
VÍTOR MOTA FOTOS

Francisco Leitão, que ontem se remeteu ao silêncio na primeira sessão do julgamento, no Tribunal de Torres Vedras, assumiu a uma psicóloga do Instituto Nacional de Medicina Legal a sua relação amorosa não só com Ivo Delgado mas também com Tânia Ramos – dois dos três jovens que está acusado de ter morto, entre 2008 e Fevereiro de 2010, além de um sem-abrigo, em 1995.

"Ele [Ivo, desaparecido em Julho de 2008] estava a trabalhar comigo [numa sucata, em Carqueja, Lourinhã]. Éramos muito amigos e ao longo do tempo acabou por acontecer, começámos por ter uma relação íntima", disse o arguido, conhecido por 'Rei Ghob', no âmbito da avaliação mental, a cargo da psicóloga Olindina da Graça, conforme se lê no relatório a que o **CM** teve acesso.

"Eu e a Tânia [desaparecida 20 dias antes de Ivo] saíamos muito, simplesmente acabámos por nos envolver." Sobre os pormenores sexuais, diz que "foi normal, mas uma vez com o Ivo foi filmado", contou Leitão.

Acusado ainda de ter assassinado António Albuquerque, em 1995, e Joana Correia, jovem de 16 anos, em 2010, Leitão, de 43 anos, recusou ontem depor perante o tribunal de júri. Nunca assumiu os crimes – "é uma história que nem eu estou a conseguir entender", afirmou à psicóloga Olindina Graça.

O móbil dos crimes, diz a acusação, prende-se com ciúmes – de Tânia, por se ter aproximado de Ivo; e de Joana, por namorar um jovem que Leitão cobiçava. Ivo foi morto por desconfiar do desaparecimento de Tânia.

"Apareçam para mostrar que não lhes fiz nada"
Francisco Leitão

Sobre Joana, com quem marcou encontro antes do desaparecimento, diz que não lhe mandou 182 SMS. "Sei que o meu telemóvel mandou mensagens, só não sei quem foi. Quando estou em casa com alguém, toda a gente mexe no meu telemóvel, por isso não sei." E remata: "Fico triste com o desaparecimento deles. Dizem que estão mortos e culpam-me. Se eles vêem notícias, apareçam para mostrar que eu não lhes fiz nada."

Para a psicóloga, Leitão é imputável: "Não se apuraram pressupostos médico-legais de inimputabilidade." É avaliado como imaturo, pessimista, rígido, ressentido e extremamente ansioso. A próxima sessão do julgamento decorrerá na segunda-feira, dia 16. ■

@ Ver vídeo em **www.cmjornal.pt**

TÉNIS → É O 5.º PORTUGUÊS A CONQUISTAR UM TROFÉU NESTA VARIANTE

Frederico Gil ganha título ATP em pares

ISABEL DANTAS E NORBERTO SANTOS

Depois de um arranque de temporada algo periclitante, Frederico Gil parece embalado rumo aos bons resultados. O tenista de Sintra, que na Austrália se tornou no primeiro jogador português de sempre (em masculinos) a atingir a 3.ª ronda de um torneio do Grand Slam, ganhou em Viña del Mar, no Chile, o título de pares,

No ranking mundial de singulares subiu 12 lugares, ocupando agora a 87.ª posição

depois de ter sido quarto-finalista em singulares. Trata-se do quinto português de sempre a conquistar um troféu nesta variante (ver quadro), o primeiro desde 1997, quando Nuno Marques e João Cunha e Silva triunfaram em Casablanca.

Gil, de 26 anos, e o espanhol Daniel Gimeno-Traver derrotaram na final Pablo Andujar e Carlos Berlocq, com os parciais de 1-6, 7-5 e 12-10, em 1 hora e 22 minutos, embolsando 16.700 euros em prémios.

Trata-se do primeiro título ATP na carreira do português, que já tinha estado na final do Estoril Open em singulares (2010), e o 7.º na variante de pares, visto que já tinha 6 troféus, mas todos em torneios de categoria challenger.

O bom desempenho no Chile permitiu que Frederico Gil galgasse algumas posições no ranking mundial. Em singulares é 87.º e em pares subiu 91 lugares (mercê dos 250 pontos agora amealhados), ocupando o 152.º posto. Não se trata, porém, da sua melhor classificação, pois já chegou a ser 105.º em 2010.

Aliás, muito em breve Gil poderá tornar-se no segundo português de sempre a integrar o top 100 mundial nas duas variantes, depois de Nuno Marques, que em pares chegou a ser o 58.º do Mundo, em abril de 1997. □

TRIUNFOS NACIONAIS EM PARES

	Dupla	Torneio
2012	Frederico Gil/Daniel G. Traver (ESP)	Viña del Mar
1997	Nuno Marques/João Cunha e Silva	Casablanca
1996	Emanuel Couto/Bernardo Mota	Porto Open
1992	João Cunha e Silva/Mike Bauer (EUA)	Telavive

Felicidade pelo primeiro êxito

• Frederico Gil reconhece que o seu ténis tem vindo a melhorar de semana para semana e não esconde o quão satisfeito está com a conquista deste primeiro troféu ATP da carreira. "Estivemos ambos muito bem esta semana e estou contente com a forma como estou a jogar. Sinto-me muito feliz porque ganhámos o nosso primeiro título ATP e agora vou continuar a trabalhar, pensando já no próximo torneio", disse o tenista natural de Sintra, citado pela sua assessoria de imprensa. Aproveitando a presença na América Latina, Frederico Gil vai por estes dias treinar-se em Buenos Aires, na Argentina, para na próxima semana regressar à ação no Torneio de São Paulo, no Brasil.

PSD e CDS-PP avançam para a proibição das drogas vendidas legalmente em *smartshops*

Rita Araújo

Partidos da maioria parlamentar propõem tornar ilícitas drogas legais vendidas em Portugal. Diploma poderá entrar em vigor dentro de um mês

Os grupos parlamentares do PSD e CDS-PP apresentam amanhã na Assembleia da República dois projectos de lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas que acrescentam a mefedrona e o tapentadol à lista de substâncias ilícitas. Os dois partidos do Governo querem que esta droga sintética seja comparada ao *ecstasy* ou à cocaína, que constam da tabela de substâncias proibidas, estabelecendo medidas de controlo e sanções de natureza penal e contra-ordenacional.

José Manuel Rodrigues, do CDS-PP, espera que este diploma seja aprovado "o mais rápido possível", prevendo que dentro de cerca de um mês estas drogas já sejam ilegais. "A mefedrona está a ter consequências nefastas, sobretudo em jovens que não eram consumidores e muitas vezes são enganados", alerta. O facto de a mefedrona ser uma sustância legal, refere o deputado, pode levar as pessoas a pensar "que não faz mal à saúde".

Segundo o relatório anual de 2011 do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), o aparecimento de "novas drogas" tem vindo a aumentar (só em 2010 apareceram 41 novas substâncias). José Manuel Rodrigues declara que "estas drogas muitas vezes são mais nefastas do que aquelas que são proibidas", nomeadamente porque não são indicadas para uso humano. O deputado sublinha a importância de se "actualizar permanentemente os anexos" da lei, para evitar os vazios legais. "Melhor seria que a lei andasse à frente das lojas", admite José Manuel Rodrigues, afirmando que "há mais de um ano" que existe um vazio legal em Portugal relativamente a estas substâncias. Um projecto que proibia a venda de mefedrona deu entrada no Parlamento, mas acabaria por não ser votado, já que a Assembleia foi entretanto dissolvida.

Quando este diploma entrar em vigor, a produção, venda ou compra de mefedrona e tapentadol pode resultar numa pena de prisão de quatro a 12 anos. A mefedrona, também conhecida por "miau miau", é uma droga sintética da família das catinonas, uma espécie de anfetamina. É um estimulante comparável ao *ecstasy* (MDMA) ou à cocaína, tendo sido introduzida no mercado europeu em 2007. Não tem qualquer valor terapêutico estabelecido, nem outros fins legítimos conhecidos, e é vendida sob a forma de pó, mas existe igualmente em cápsulas ou em comprimidos. É vendida nas *smartshops* como fertilizante de plantas ou sais de banho, não estando recomendada para consumo humano. Em Portugal há registo de pelo menos 12 casos de entradas nas urgências por abuso de mefedrona, todos no hospital de Faro. Apesar de os casos não terem relação entre si, há um padrão comum: o consumo conjunto de mefedrona e álcool.

O tapentadol é um analgésico utilizado no tratamento da dor moderada e severa que ainda não é comercializado em Portugal. Apesar de ser uma substância activa de medicamentos autorizados, o PSD refere que "comporta riscos de abuso e utilização ilícita". Em Dezembro de 2010, após os alertas do Relatório Anual de 2010 do OEDT, os ministros da Justiça da UE decidiram proibir o fabrico e a comercialização da mefedrona, considerando-a uma "droga perigosa". A produção e venda da mefedrona já foi proibida em 15 Estados-membros da UE.

Novas substâncias apreendidas

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu 671 mil euros em drogas legais que imitam *ecstasy*, cocaína e *cannabis*. No âmbito da *Operação Smartshop*, em Dezembro, foram apreendidas cerca de 65 mil embalagens de "fertilizantes para plantas" (onde se inclui a mefedrona) e de "incensos" (substitutos da *cannabis*). Segundo o *Expresso*, a ASAE refere que as substâncias podem "pôr em risco a saúde do consumidor". Os produtos foram apreendidos por má rotulagem das embalagens e informação deficiente, constituindo um risco para a "segurança pública".

A Mão no Poder

Paulo Morais
Professor universitário

Há grupos económicos portugueses que mantêm intactos os seus privilégios desde os tempos da monarquia. Ao longo de séculos, conseguiram domesticar todos os regimes.

Até hoje, cativam uma parte significativa do orçamento de estado, à custa do qual se habituaram a enriquecer. Beneficiam de rendas das parcerias público-privadas da saúde, como acontece com o grupo Mello ou Espírito Santo. Recebem milhões pelo pagamento de juros da dívida pública. Obtêm concessões em monopólio, como acontece com a Brisa, detentora, por autorização governamental, das auto-estradas de Porto a Lisboa.

Os favores que recebem do estado têm revestido as mais diversas formas. No tempo do fascismo, obtinham licenças num regime de condicionamento industrial, em que só os amigos do regime podiam criar empresas. O seu domínio sobre a economia e a política vem dos tempos da monarquia, onde pontificava o conde do Cartaxo, antepassado da família Mello. Já os Espírito Santo descendem do poderoso conde de Rendufe.

Assim, estes grupos conseguiram trazer até ao século XXI, incólume, a lógica feudal, a tradição de atribuição de prebendas aos poderosos. Com uma diferença. Enquanto no tempo do feudalismo o rei atribuía privilégios que consistiam na doação de benefícios económicos (terras), a par de poder político (títulos), hoje apenas se concedem favores económicos. Assim, estes grupos mantêm o poder sem os incómodos do escrutínio democrático. Sabem bem que mais importante do que ter o poder na mão é ter a mão no poder. Até porque sempre influenciaram a política. Conseguiram-no no tempo de Salazar, através do fascínio que Ricardo Espírito Santo exercia sobre o ditador. Em democracia, contratam políticos de todas as tendências. Eanistas como Henrique Granadeiro, socialistas como Manuel Pinho ou social-democratas como Catroga.

> Os cidadãos são hoje como os servos da gleba de outrora, agora sob a forma de contribuintes usurpados

Neste jogo democrático viciado, os cidadãos são hoje como os servos da gleba de outrora, mas agora sob a forma de contribuintes usurpados. E reféns do sistema vigente, que muitos chamam de neoliberalismo, mas que não é novo nem é liberal. É apenas a manutenção do velho feudalismo.

O jogo das sanções e das ameaças

A Europa fez bem em aprovar sanções ao Irão. Mas ninguém pode garantir que elas vão resultar

A União Europeia decidiu ontem, como previsto, avançar para o embargo petrolífero ao Irão, com o objectivo de obrigar Teerão a sentar-se à mesa das negociações e a abandonar a vertente militar do seu programa nuclear. A boa notícia é que os europeus conseguiram entender-se e seguiram o caminho que as sanções norte-americanas abriram no último dia de 2011. Há uma frente ocidental unida contra o regime dos *ayatollahs* e que decidiu finalmente avançar para sanções dolorosas. A má notícia é que se é certo que essas sanções serão eficazes do ponto de vista económico, o mesmo não acontece do ponto de vista político. Não existe neste momento nenhuma oposição credível ao regime islâmico e, apertados pelas sanções, os líderes iranianos tenderão a não mudar uma vírgula ao seu programa nuclear, que é consensualmente visto no Irão como um símbolo de orgulho nacional e da modernização do país. Foi isso, aliás, que os russos disseram ontem: nada vai mudar com as sanções. Teerão escolheu como arma de retaliação o fecho do estreito de Ormuz, por onde passa um quinto do petróleo mundial. Nenhum país será tão prejudicado pelo fecho do estreito como o próprio Irão. Mas os iranianos sabem bem lidar com a eficácia das ameaças. Basta o Irão admitir que pode bloquear o estreito para o preço do petróleo subir, fazendo disparar as sirenes de alarme no mundo e, em particular, na Europa. As sanções só entrarão em vigor a 1 de Julho. Com a decisão europeia, o relógico começou a andar. É um jogo. O que está em causa é saber se as sanções internacionais serão mais eficazes do que as ameaças iranianas. E até onde as partes envolvidas terão margem de recuo.

A crise dos alunos e a crise do Presidente

Num momento em que a polémica em torno das declarações de Cavaco Silva ameaça abafar, de forma avassaladora, quaisquer outras discussões sobre a crise que lhe deu origem, esta vai deixando o seu rasto. As desistências no ensino superior são só mais um exemplo. É certo que desistências sempre houve, mas o aumento de 6% registado pelo PÚBLICO em metade das universidades portuguesas (sete, entre as quais se encontram as maiores) está a ser influenciado por dificuldades financeiras, por um mais difícil acesso às bolsas e até pelo modo como estas são pagas, de forma irregular e errática. Esta crise dos alunos há-de ser também crise para as universidades: verão diminuir as propinas e desequilibrar as contas. E terão que sobreviver com isso. Ora é precisamente no capítulo da "sobrevivência" que as palavras do Presidente da República mais indignação causam. E foi por isso que, ontem, ele veio a esclarecer o seguinte: "Apenas quis ilustrar, com o meu exemplo, que acompanho as situações que chegam ao meu conhecimento de cidadãos que atravessam dificuldades e para as quais tenho chamado a atenção em diversas intervenções públicas". Não se pode dizer que tenha sido grande emenda. Porque não é comparável. Nem sequer o viver em crise dos alunos se equipara ao viver em crise do professor, hoje Presidente.

Millennium bcp precisa de mudar de vida

O Millennium bcp voltou ontem a valer mais de mil milhões de euros em bolsa, mas este número psicológico não chega para esconder uma realidade: o BCP precisa de mudar de vida.

Em 2011, o banco liderado por Carlos Santos Ferreira perdeu cerca de 75% em bolsa, arrastado pela crise do euro e das dívidas soberanas, que atingiu em cheio o sector financeiro europeu e o português, claro. Mas o BCP não se pode queixar apenas de terceiros.

Santos Ferreira 'pegou' no BCP num momento difícil, o mais difícil da sua história. E tinha uma tarefa, que conseguiu cumprir: estabilizar o banco e gerir uma estrutura accionista atomizada, à beira da ruptura e sem dinheiro para fazer face às necessidades de capital do banco. Passou o seu primeiro mandato a unir as pontas. E já não foi pouco.

No segundo mandato, que começou há pouco menos de um ano, as expectativas e os objectivos eram outros, era dar uma segunda vida a um banco que tinha passado o pior. Sem antecipar que o pior dos mercados estava para vir. Foi já em 2011 que os angolanos da Sonangol assumiram o seu papel de maior accionista do banco e isso foi visível no novo conselho geral e de supervisão. Mas, de então para cá, o BCP anda à procura de soluções – leia-se de novos accionistas – que tardam em chegar.

A equipa de Santos Ferreira conseguiu responder, até com surpreendente resiliência, às sucessivas novas exigências da autoridade bancária europeia e da 'troika' em matéria de cumprimento de rácios de capital. Mas essa necessidade deixou a estratégia para segundo plano.

Santos Ferreira cometeu um erro: anunciou que o mercado europeu deixava de ser 'core' e pôs a operação na Polónia à venda.

Santos Ferreira cometeu um erro: anunciou que o mercado europeu deixava de ser 'core' e, implicitamente, pôs a mais importante operação do banco fora de Portugal, na Polónia, à venda. A degradação acelerada das condições financeiras na zona euro tornou impossível a venda de um banco polaco por um preço justo e que está hoje entre a espada e a parede.

O Millennium na Polónia tem um peso significativo nos resultados do banco em Portugal e, por isso, a decisão de não vender foi a mais acertada, mas resultam dois problemas: por um lado, continua com uma participação maioritária num banco que está num mercado não 'core'; depois, precisa de novos accionistas que potenciem aquela operação, sob pena de se tornar irrelevante a prazo, dado que tem menos de 5% de quota de mercado. Mesmo que seja para a vender numa melhor altura.

Santos Ferreira tem, assim, nos próximos meses, um objectivo: encontrar um ou dois accionistas de referência – brasileiros e chineses? – que permitam reforçar a estrutura de capitais e dar um rumo estratégico ao maior banco privado português.

A coexistência de accionistas brasileiros, chineses e angolanos não é tarefa fácil, e só um homem como Santos Ferreira terá condições para os juntar num mesmo projecto.

Esses accionistas tornam o banco menos independente? Não. Tornam-no mais forte. ■

Sem honra nem glória

Paulo Morais
Professor universitário

Na maioria das câmaras portuguesas, vive-se um estranho vazio de poder. Os presidentes já pouco ou nada mandam. E isto porque quase dois terços estão de saída, por força da lei que limita os mandatos.

Nos últimos tempos, com a perspectiva do abandono, os poderes clientelares que os autarcas criaram ao longo de anos começam a rebelar-se contra eles. Multiplicam-se já as lutas fratricidas pela sucessão.

São muitos os jogos de sombras e as manobras de bastidores.

Os presidentes cessantes, salvo honrosas e raras excepções, ficaram embriagados por anos de poder e combatem agora ferozmente pela sua sobrevivência política.

Alguns anseiam por um posto na administração pública ou disputam um cargo numa qualquer empresa pública.

Este caminho é uma tentação sobretudo para os social-democratas, que assim aproveitam a boleia das recentes mudanças governativas. Mas os "tachos" são hoje menos e mais pequenos. E ainda bem!

Há ainda quem tente a sua sobrevivência na política autárquica, anunciando a sua eventual candidatura a um concelho vizinho, cujos eleitores se renderiam aos seus encantos.

Tentam desta forma manter o seu grupo de apoiantes coeso e os seus negócios intactos. Mas sabem que não vão poder candidatar-se.

A lei de limitação de mandatos determina que "o presidente de câmara municipal só pode ser eleito para três mandatos consecutivos". E afirma ainda que "um presidente de câmara municipal, depois de concluídos os mandatos referidos, não pode assumir aquelas funções (de presidente "de" câmara) durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido". Claro como água.

Na maioria das câmaras, vive-se um estranho vazio de poder. Os presidentes já pouco ou nada mandam

A limitação de mandatos veio pois condenar os caciques, os presidentes plenipotenciários de outrora, a uma angústia sem solução.

Um lugar na administração pública, pouco provável, não lhes confere o poder nem os negócios a que estão habituados. E uma nova candidatura é uma miragem.

Em desespero e agarrados ao poder, arrastam-se agora até ao final do mandato, sem honra nem glória.

A última oportunidade

Há 15 anos, a banca nacional tinha líderes como Jorge Jardim Gonçalves, Artur Santos Silva, Ricardo Salgado e o presidente da Caixa Geral de Depósitos, fosse ele quem fosse. Hoje, emerge o presidente do Banco Espírito Santo (BES), por mérito próprio e por fragilidades alheias. As mudanças no Millennium bcp, e a entrada de Nuno Amado, têm também esse objectivo, a de garantir, a prazo, o fim da monocultura financeira que é hoje prática no País.

É preciso reconhecê-lo, Ricardo Salgado construiu, passo a passo, o poder e a influência que tem hoje na sociedade portuguesa, financeira, económica e política. Nada se faz sem uma palavra do banqueiro, esse sim, o patrão dos banqueiros portugueses (e não a associação do sector, liderada por António de Sousa). E isso deve-se ao que foi decidido há 20 anos: o crescimento orgânico, e não por aquisição, a internacionalização - mais recente - via banco de investimento, a participação nos processos de privatização e as posições estratégicas nas maiores empresas portuguesas, como a PT ou a EDP. Além, claro, de uma estratégia operacional do banco focada e de uma relação privilegiada com o cliente Estado.

Tudo somado, Ricardo Salgado é hoje incontornável. O problema não é o poder de Salgado, construído a pulso e que beneficiou a economia e o País, mas as vulnerabilidades de outros banqueiros que os impedem de funcionar como contra-ponto ao peso institucional - e financeiro - do presidente do BES.

A politização crescente da Caixa Geral de Depósitos pôs em causa o poder e a influência dos sucessivos presidentes da Caixa, pelo menos desde João Salgueiro. Apesar de a Caixa continuar a ser o maior banco português. Essa fonte de poder transferiu-se, progressivamente, para o Terreiro do Paço e para o ministro das Finanças que, em cada momento, tutelava o banco público. Aliás, a nova gestão da Caixa, de Faria de Oliveira e de José de Matos, tem a oportunidade de recuperar um peso perdido, mas a gestão bicéfala é, em si mesmo, um obstáculo.

Artur Santos Silva tinha um peso próprio, e reforçou-o com o crescimento da, então, SPI para o BPI que conhecemos hoje. Valia mais do que o próprio banco, por origem e vocação. Fernando Ulrich é um gestor de topo, um banqueiro, mas o seu peso tem sido directamente proporcional à sua irreverência. Criou-se a ideia, verdadeira, que os banqueiros têm uma linguagem própria, leia-se, que não dizem tudo o que lhes vai na alma. Ulrich não. Diz a verdade, mesmo quando ela dói, a si ou aos outros. A dimensão do BPI hoje no mercado, a crise que também o afecta, e limita, reduzem-lhe o espaço de intervenção, e muito.

Sobre Jorge Jardim Gonçalves, a história ainda está a ser escrita, em vários capítulos. Não terminou à altura do que fez pela banca nacional, e pelo seu impacto no sistema financeiro e empresarial português. A guerra de poder no BCP e a intervenção do Governo de Sócrates geraram uma solução, a melhor à data, com Carlos Santos Ferreira, que tinha como objectivo 'apenas' estabilizar o maior banco privado português. Fê-lo, mas a crise, e as dificuldades dos accionistas de referência do Millennium (também) fizeram o resto.

É neste contexto que a entrada de Nuno Amado pode ser um ponto de viragem, um novo começo para o BCP. Santos Ferreira também percebeu isso, e foi o primeiro a subscrever a posição da Sonangol, o accionista de referência do banco, para "mudar a página", como afirmou ao Diário Económico.

A bem de Ricardo Salgado e do BES, do sistema financeiro e da economia como um todo, é crítico que o Millennium bcp recupere o peso institucional que já teve. Não será uma tarefa para um ano, eventualmente nem sequer para um mandato. Mas Amado tem a oportunidade, a última, de o fazer. ■

Reis do Carnaval

O bisturi

Jorge Marmelo

● Coitadinha da democracia. Assim que a apanham doente, fraca, em dificuldades, aproveitam logo para fazer circular um manifesto reclamando o regresso da monarquia. Propõem-nos, no essencial, trocar um bibelô eleito pelas pessoas, de cinco em cinco anos, por um adereço extravagante que ninguém escolheu e cujo bisneto seria rei mesmo que fosse um pouco atrasado mental. Ainda que não fizesse muita diferença, a diferença seria, em todo o caso, fundamental. O facto de o primeiro automóvel a circular em Portugal ter sido um Panhard et Levassor não obrigou nenhum dos portugueses a viver para todo o sempre com carros daquela marca - hoje, de resto, tão extinta como a monarquia portuguesa.

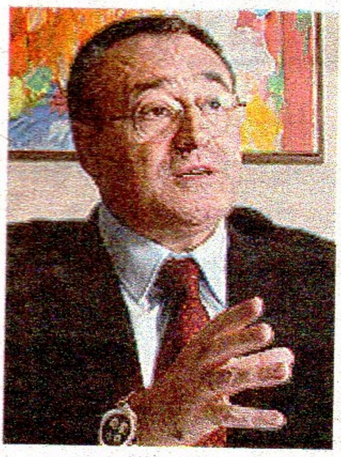
Estive a dar uma espreitadela no referido manifesto e constatei que, entre aqueles que apoiam a causa real, a opinião mais comum consiste em variações da frase segundo a qual "a pátria necessita de um rei". É uma convicção tão válida como qualquer outra. Ainda deve, aliás, haver quem considere que a ditadura do proletariado seria a solução para todos os nossos males. Alguns, mais extravagantes, têm o direito de defender que Portugal necessita de uma epidemia de febre-amarela. Outros devem ter a certeza absoluta de que são uma reencarnação do Napoleão Bonaparte. Eu, por exemplo, tenho às vezes a sensação de que o país poderia perfeitamente ser governado pelo Rei dos Frangos, a empresa sediada em Leiria que tem 17 lojas "distribuídas entre Coimbra e o Montijo", conseguiu internacionalizar-se e já abriu duas churrascarias em Madrid. Talvez até vendam pastéis de nata.

Curiosamente, não encontrei, entre os monárquicos subscritores do manifesto, nenhum defensor do rei do carnaval. É pena. Trata-se de um monarca simpático, relativamente divertido e um pouco menos decorativo do que o príncipe do Mónaco (e mais confiável do que o duque de Palma de Maiorca). Li, por exemplo, o discurso do Rei do Carnaval de Ovar deste ano e vi-me obrigado a concordar com a promessa de "mandar emigrar ministros, secretários e subsecretários de Estado, deputados, gestores públicos e afins". Acresce que o monarca folião também é capaz de versejar (como D. Dinis). É da sua lavra, por exemplo, a justa quadrinha que diz assim: "Em Lisboa há paus mandados/a brincarem c'os Entrudos/mas já 'tão desmascarados/ninguém quer tais cabeçudos". Infelizmente, porém, esta sábia criatura acha-se ameaçada de extinção pela ingente necessidade de transformar Portugal numa economia tão competitiva como a das Filipinas.

É de todo inconveniente, num país austero, que o Carnaval tenha três dias. Elimina-se, pois, a tolerância de ponto e, com alguma sorte, destrói-se também a actividade económica gerada pelos festejos que, para os mais variados gostos, decorrem de Lazarim a Loulé. O costume. A única coisa realmente surpreendente é que, em Torres Vedras, o desfile de Carnaval continue a incluir cabeçudos com as caras dos (sisudos) senhores que nos governam. Não têm graça nenhuma. Até dão vontade de chorar.

Jornalista

Azeite a ferver



Os fantasmas que António Oliveira lançou para a arena mediática são graves e merecem ser investigados. Jornalisticamente e talvez judicialmente. Mas o que me move aqui hoje é a essência para lá da substância: irmão ataca irmão quando o sente mais fraco física e negocialmente. Dói.

Se Joaquim Oliveira cerziu a teia que António agora denuncia, este António foi coautor e dos que mais beneficiaram dela. Se os primeiros investimentos vieram do que ganhava como jogador, depois, durante décadas, António viveu do que a teia caçou, enquanto técnico de futebol e sócio.

Quando, no início da década passada, os irmãos se separaram, António recebeu o que acertaram justo. E terá investido onde e como entendeu. Desde então guardou silêncio, que agora quebra em trovoada bíblica.

Irmão ataca irmão quando o sente mais fraco

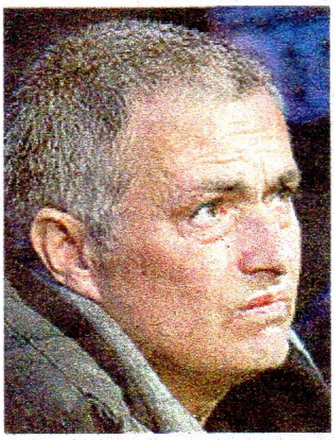
A Joaquim Oliveira nunca ouvi uma palavra depreciativa sobre o irmão mais novo. Profusamente testemunhei a amargura de Joaquim pelo afastamento afetivo de António, para que ia encontrando desculpas de circunstância.

Na ressaca do Mundial de 2002, quando procurei aprofundar as causas da vergonhosa campanha, encontrei em Joaquim um feroz defensor do irmão enquanto selecionador.

Claro que o monopólio de Joaquim Oliveira não é saudável para o futebol português. Claro que este monopólio dá a Joaquim poderes fácticos, que poderão ir muito para além das denúncias do seu irmão: se Joaquim Oliveira decide mesmo quem é quem na FPF e Liga; logo, poderá decidir carreiras de árbitros, jogos e o desenrolar de campeonatos.

Porém, Joaquim Oliveira é mais um negociador do que um ditador. Pode não ter atribuições para patrão de media, o trajeto do seu grupo de jornais para tal aponta, mas não merece ser credor de tanto ódio fraternal vindo de António. Irmão que deixou financeiramente confortável num amargo virar de página.

Efeito Especial



O Real Madrid joga, tritura, goleia. Faz uma pausa, perde ou empata com o Barcelona, e começa tudo de novo: joga, goleia, tritura. José Mourinho dizia no final de dezembro que em qualquer outra Liga o seu Real seria campeão com toda a facilidade. Só ainda não tinha sido em Espanha porque ali existia o Barça. Acontece que o paradigma mudou. E mudou porque Mourinho foi capaz de mudá-lo, estando cada vez mais perto de cometer uma proeza que ainda por cima será acompanhada por registo estatístico para ficar na história durante muitos anos: mais golos, mais vitórias, mais tudo. Ora, convém lembrar as palvaras do treinador português no dia em que chegou ao Santiago Bernabéu: "Mais bonito do que estar no Real Madrid é vencer pelo Real Madrid." Já falta pouco.

Mourinho é o responsável pela maioria dos fracassos do Barcelona

O mais extraordinário é que Mourinho vai interromper o ciclo dominante do Barcelona (10 pontos chegam e sobram) depois de ter travado mais batalhas do que aquelas que seriam necessárias. Teve de livrar-se do seu próprio diretor-geral (Jorge Valdano), foi obrigado a suportar os assobios dos próprios adeptos e soube ultrapassar desentendimentos com pesos-pesados do seu próprio plantel (Casillas e Sergio Ramos). Tudo isto para além de continuar a travar uma guerra (interminável?) com a imprensa de Madrid. É preciso ter muita competência e muito estofo para conseguir sair vivo de tanto combate. E ele sai sempre.

Até agora, o Barcelona de Guardiola disputou 16 títulos. Só não venceu três: duas Taças do Rei (uma para o Sevilha de Jiménez, outra para o Real Madrid de Mourinho) e uma Champions (para o Inter... de Mourinho). Se quisermos considerar que este campeonato está resolvido, podemos atualizar a contabilidade: em 17 títulos, o Barça perdeu quatro. E três foram para Mou. É também por isto que na Catalunha nem podem ouvir falar nele.

Urge estabilidade

As equipas de futebol são das unidades produtivas em que a estabilidade é um bem mais decisivo. Entenda-se por estabilidade não o temor da novidade, ou imobilismo burocrata, mas sim a necessidade de operar as mudanças de forma faseada, pré-testada, entendida como bondosa pelos agentes finais. Quando os jogadores ouvem os nomes que formam a equipa titular precisam de acreditar na fórmula proposta. Precisam de entender o critério do líder técnico. Precisam de sentir justiça e razão para. Não arbitrariedade.

Nos últimos dois jogos, o Sporting perdeu cinco pontos com adversários diretos. Frente ao FC Porto, jogou de início um jovem chamado Renato Neto. Em Braga nem sequer se equipou. Carriço era indiscutível quando se lesionou, em Braga não saiu do banco. Polga comete um erro após excelentes exibições e sai logo da equipa, Rodriguez entra sem ritmo, num ambiente hostil - não foi este jogador que estava lesionado para o Sporting e jogou pela sua seleção? Um recém-chegado Seba entra logo a titular sem ritmo nem partilha de terrenos.

Vencer a Taça de Portugal será o melhor sinal para o futuro

Domingos queixa-se das lesões e tem toda a razão. O plantel é curto quando procuramos qualidade. Mas com um plantel ainda sem grandes soluções é ainda mais necessário o respeito pelo valor da estabilidade. Mudar peça por peça, com muita cautela, é o que se pede a Domingos na sua árdua tarefa de relojoaria, num Sporting que consegue fazer coexistir titulares indiscutíveis com qualidade rolex, como Matias Fernandez, Rui Patrício, Elias; ou, no outro extremo, um vistoso Onyewu de pechisbeque.

Este Sporting, sejamos justos, é muito melhor e mais empolgante do que o da época passada. Assim não comece a descrer demasiado de si próprio. E recupere a necessária estabilidade. Este é o primeiro ano de um novo projeto. Vencer a Taça de Portugal será o melhor sinal para o futuro.

Poder & Associados

Paulo Morais
Professor universitário

As grandes sociedades de advogados adquiriram uma dimensão e um poder tal que se transformaram em autênticos ministérios-sombra.

É dos seus escritórios que saem os políticos mais influentes e é no seu seio que se produz a legislação mais importante e de maior relevância económica.

Estas sociedades têm estado sobrerepresentadas em todos os governos e parlamentos.

São seus símbolos o ex-ministro barrosista Nuno Morais Sarmento, do PSD, sócio do mega escritório de José Miguel Júdice, ou a centrista e actual super-ministra Assunção Cristas, da sociedade Morais Leitão e Galvão Teles.

Aos quais se poderiam juntar ministros de governos socialistas como Vera Jardim ou Rui Pena.

Alguns adversários políticos aparentes são até sócios do mesmo escritório. Quando António Vitorino do PS e Paulo Rangel do PSD se confrontam num debate, fazem-no talvez depois de se terem reunido a tratar de negócios no escritório a que ambos pertencem.

Algumas destas poderosas firmas de advogados têm a incumbência de produzir a mais importante legislação nacional. São contratadas pelos diversos governos a troco de honorários milionários. Produzem diplomas que por norma padecem de três defeitos.

São imensas as regras, para que ninguém as perceba, são muitas as excepções para beneficiar amigos; e, finalmente, a legislação confere um ilimitado poder discricionário a quem a aplica, o que constitui fonte de toda a corrupção.

> As grandes sociedades de advogados transformaram-se em autênticos ministérios-sombra

Como as leis são imperceptíveis, as sociedades de jurisconsultos que as produzem obtêm aqui também um filão interminável de rendimento.

Emitem pareceres para as mais diversas entidades a explicar os erros que eles próprios introduziram nas leis. E voltam a ganhar milhões. E, finalmente, conhecedoras de todo o processo, ainda podem ir aos grupos privados mais poderosos vender os métodos de ultrapassar a Lei, através dos alçapões que elas próprias introduziram na legislação.

As maiores sociedades de advogados do país, verdadeiras irmandades, constituem hoje o símbolo maior da mega central de negócios em que se transformou a política nacional.

Paulo Morais
Professor universitário

Mal maior

A depressão e o medo apoderaram-se dos portugueses. A causa próxima do desalento generalizado é o crónico agravamento de impostos, a par da redução do valor das reformas e dos salários na função pública.

Os sucessivos aumentos da carga fiscal, ao arrepio de todas as promessas em sentido contrário, vieram desacreditando progressivamente a vida política. Os cidadãos, fartos de promessas eleitorais não cumpridas, estão hoje mais vulneráveis a propostas totalitárias de consequências imprevisíveis para o regime democrático.

A nível da actividade económica, os efeitos são também muito negativos. Receosos, os consumidores retraem-se, o comércio e os serviços experimentam uma crise de que não há memória.

Esta diminuição do consumo provoca o efeito contrário ao que o estado pretenderia, perspectivando-se até a redução da colecta de IVA.

Por outro lado, o agravamento dos custos de contexto para a actividade empresarial tem levado muitos negócios à falência.

Com o encerramento de empresas, aumentam as despesas do estado com contribuições sociais.

Acresce que níveis de imposto elevados levam sempre ao crescimento generalizado da fuga ao fisco e à diminuição da receita fiscal.

O aumento de impostos, a partir de um determinado nível, é assim uma medida contraproducente.

Mas os piores efeitos do agravamento fiscal, conjugado com a diminuição dos salários e das pensões, sentem-se em termos sociais e psicológicos.

> Níveis de impostos elevados levam ao crescimento generalizado da fuga ao fisco e diminuição da receita fiscal

Estas medidas permitem a propagação da ideia de que se pode esperar do estado português tudo o que é negativo.

Doravante, os cidadãos e as empresas sabem que se movem num quadro fiscal que pode mudar a qualquer momento.

Não há planeamento que resista. A imprevisibilidade assusta e gera desconfiança.

Deste modo, as medidas que vão retirando direitos aos cidadãos, a pretexto de que constituem um mal menor, são afinal a causa de um mal bem maior.

Provocam este ambiente de medo e estagnação, que paralisa as empresas e angustia todo um povo.

Gestos de Sá Pinto

No primeiro jogo em casa na era Sá Pinto, o Sporting fez o mais importante – somou três pontos. Mas olhemos de forma crítica para o que de facto se passou. Se esta equipa fosse uma só pessoa, no domingo teria morrido de ataque cardíaco. Os jogadores estão hipermotivados para o esforço físico, mas ainda se encontram totalmente descrentes nas suas capacidades técnicas e táticas.

Nestes primeiros momentos de Sá Pinto, a equipa do Sporting continua uma confusão quase anárquica, com grandes espaços vazios no centro do meio-campo; uma defesa incapaz de articular o fora-de-jogo; um lateral, João Pereira, que sobe, sobe e sobe por um flanco onde o ala (especialmente Carrillo) não cultiva o jogo interior; um ponta-de-lança à beira da epilepsia competitiva – vai a todas as bolas mas não acerta coordenadamente em nenhuma.

A linguagem gestual é a maior arma de qualquer treinador

Sá Pinto tinha toda a razão quando dizia na antevisão do jogo que é preciso saber quando correr. Mas essa mensagem ainda não passou, o que é natural em tão poucos dias de trabalho.

Porém, se os jogadores têm de saber quando e para onde correr, o líder técnico tem de escolher quando e como gesticular. A linguagem gestual é a maior arma de qualquer treinador contemporâneo. Mas se essa linguagem for mantida de forma constante e com grande intensidade, torna-se apenas num ruído enervante e ineficaz.

Neste Sporting, que ainda luta na Liga Europa e é favorito na Taça de Portugal, Sá Pinto terá de travar o coração dos jogadores, devolver-lhes cérebro. Desafio que tem como base a confiança. Para esse grande passo servem os treinos e as palestras.

Nos jogos, cada gesto do líder tem de valer por várias frases gritadas para dentro do campo. E nunca para claques ou dirigentes.

Cerca eléctrica

Paulo Morais
Professor universitário

A nomeação de alguns elementos do núcleo duro do primeiro-ministro para o conselho geral da EDP não foi certamente uma opção de Passos Coelho. Pelo contrário, estas escolhas são a forma que os grupos económicos dominantes encontraram de o tentar condicionar. Ou cercar.

Só três razões poderiam explicar estas nomeações. A primeira seria a de que o primeiro-ministro pretendia influenciar a gestão da EDP através de pessoas de sua confiança. Não sendo hoje a EDP uma entidade pública, esta constituiria uma forma de dar continuidade à tradição de José Sócrates de intromissão no sector privado, a ponto de indicar nomes tão pouco recomendáveis como Rui Pedro Soares para a PT ou Armando Vara para o BCP. Não quero crer neste cenário.

A segunda hipótese seria a de que Passos Coelho queria proteger os seus amigos e teria metido umas "cunhas" aos accionistas da EDP, e em particular aos chineses. Hipótese também a descartar. Seria mau demais!

Resta então admitir que foram os accionistas que, de moto-próprio, decidiram convidar alguns dos principais apoiantes de Passos Coelho e de Portas para obterem influência num sector completamente regulamentado e dependente do estado. É aliás na capacidade de obtenção de favores do estado que se tem baseado a actividade dos accionistas portugueses de referência na EDP, como a família Mello ou o grupo Espírito Santo. Que contam agora com a cumplicidade dos membros do partido comunista chinês, também eles especialistas em promiscuidade entre estado e negócios.

> Influenciar o poder será pois a missão que os chineses destinaram aos amigos de Passos Coelho e Portas

Influenciar o poder será pois a missão que os chineses destinaram aos amigos de Passos Coelho e Paulo Portas, a troco de uns milhares. A Eduardo Catroga, coordenador do programa económico do PSD, a Paulo Teixeira Pinto, que liderou o projecto de revisão constitucional, passando por Celeste Cardona ou Rui Pena, com enorme ascendente junto de Portas.

Aceitando os convites, esta gente descredibiliza-se ao permitir que os coloquem na posição de traficantes da influência que têm sobre Passos Coelho e Portas. E – pior! – colocam estes na situação de políticos permeáveis à vontade dos accionistas da EDP.

As privatizações vieram na pior altura. Vender em tempo de crise obriga a vender barato. E, quando as vendas são em saldo, as tentações são enormes e é real o risco de corrupção. Impõe-se pois um nível de transparência que elimine toda e qualquer suspeição. E essa transparência não tem sido acautelada.

A primeira destas privatizações foi a venda do BPN, uma história triste. O estado português, tendo nacionalizado um banco falido, assume os seus prejuízos, limpa o passivo, valoriza o seu património e, finalmente, entrega o banco, barato, aos angolanos. Seguiu-se-lhe a recente venda das participações públicas na EDP e na REN ao estado chinês, que assim passou a controlar um monopólio natural e a ser um dos maiores empregadores do nosso país.

Nestes processos, como nos que se seguirão, impunha-se constituir um organismo independente de avaliação e monitorização, que deveria prestar contas ao Parlamento e ser apoiado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção.

Mas não foi assim que aconteceu. O governo optou por nomear, no caso da EDP, uma comissão de académicos renomados como Daniel Bessa, que não divulgou atempadamente qualquer parecer sobre o processo. Pelo que ninguém soube quais os critérios que levaram à opção pela venda ao estado chinês.

Também não se esperaria que o garante de transparência fosse o Conselho de Prevenção da Corrupção, o mesmo que veio só agora preocupar-se com a privatização da EDP... depois de concluído o processo.

E, por fim, não poderia ser o Parlamento a avalizar a seriedade das escolhas. A comissão parlamentar responsável por estas matérias é constituída por deputados em total conflito de interesses. Só no que diz respeito ao dossiê EDP, o deputado Frasquilho é quadro do BES, entidade financeira que assessorou os chineses; enquanto o centrista Mesquita Nunes é jurista no escritório encarregado do processo de privatização. Já o social-democrata Pedro Pinto é consultor de empresas dependentes da EDP...

Com estes reguladores e fiscalizadores, teme-se que os capitais públicos continuem a ser alienados sem se saber como nem a quem. Estão à mercê da pirataria.

Quando as vendas são em saldo, as tentações são enormes e é real o risco de corrupção

Não sabe, não mexe

Paulo Morais
Professor universitário

O programa de apoio ao emprego jovem anunciado pelo governo português é uma medida inútil. Provavelmente, contraproducente e até injusta. Apesar disso, tem o suporte da Comissão Europeia e Durão Barroso manifestou o seu entusiástico apoio ao projecto.

Os programas publicitados nem sequer existem. E ainda bem. Porque se há coisa que os governantes não sabem mesmo, é criar empregos.

Essa tarefa deve ser deixada aos empresários, já que só através do surgimento de novas empresas e do crescimento das já existentes se cria emprego. Ao estado competiria criar um contexto favorável ao funcionamento da economia e à subsequente criação de riqueza.

O que não acontece em Portugal. Assim, um estado que não faz bem o que lhe compete, não deve tentar outras aventuras.

E se a criação de emprego não cabe aos governos, muito menos devem os políticos favorecer o emprego dos jovens, ou a qualquer grupo particular.

Ao discriminarem positivamente um determinado segmento da sociedade, estão a discriminar negativamente todos os outros. Por que motivo há-de o governo beneficiar, de forma sectária, o emprego para os jovens? E os desempregados de meia-idade? Admitir-se-ia que se favorecesse o emprego dos homens em detrimento das mulheres?

Este tipo de apoios é aliás perverso, pois muitos patrões serão tentados a substituir funcionários competentes por outros que pertençam a grupos beneficiários de incentivos ou subsídios e, logo, mais baratos.

> Um estado que não faz bem o que lhe compete não deve tentar outras aventuras

Os governantes que pensam criar programas de emprego deveriam deixar-se disso. Se não sabem, não mexam! Mas se de facto sabem como criar emprego, demitam-se já do governo e dediquem-se à vida empresarial. Os desempregados agradecem.

Quanto a Durão Barroso, o seu apoio só pode ser entendido à luz da vontade de ficar bem-visto perante o eleitorado jovem, que poderá ajudá-lo numa eleição presidencial de 2016. Ou seja, o único emprego que o programa de apoio ao emprego jovem ainda poderá vir a criar é o de Durão Barroso como Presidente da República. Um único emprego, que nem sequer é jovem.

Ambrósio

Paulo Morais
Professor universitário

O sistema de Justiça absolveu Valentim Loureiro no caso da quinta do Ambrósio. Mesmo com provas evidentes, os tribunais não conseguem, mais uma vez, apanhar os poderosos.

Na Câmara de Gondomar, com a participação ou patrocínio de Valentim Loureiro, um terreno agrícola é adquirido por um milhão de euros. A classificação do solo é alterada e em seis dias o terreno é vendido pelos protegidos de Valentim por cerca de quatro milhões. Esta operação de tráfico de terrenos, caucionada pela câmara, gerou uma margem de lucro de 300 por cento.

Mas as vigarices não ficam por aqui. O terreno é adquirido a um preço exorbitante por uma empresa pública, a STCP, cujo presidente de então dependia organicamente de... Valentim Loureiro. Na posse do terreno, a STCP deixou-o ao abandono. Até hoje.

Chegado o caso a tribunal e ao fim de um longo processo com mais de dez anos (!), Valentim é absolvido.

Na leitura da sentença, o juiz veio declarar que a Câmara de Gondomar funciona como uma agência de intermediação imobiliária.

Mas não tira daí qualquer consequência. As razões da absolvição não se percebem. Mas serão uma de três: ou o crime julgado não foi bem identificado ou definido, o que será inadmissível; ou a acusação foi mal conduzida e estamos perante uma enorme incompetência do Ministério Público; ou o julgamento foi condicionado pela política.

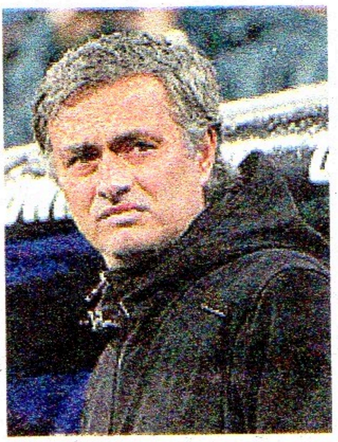
Em suma: os amigos de Valentim compraram um terreno que Valentim, na câmara, valorizou; os amigos venderam a uma empresa pública gerida por outros amigos de Valentim e a um preço influenciado por este. Os amigalhaços ficaram milionários. "Foi sorte", diz ele. Sorte deles e azar nosso, dos contribuintes que pagamos esta fraude com o dinheiro dos nossos impostos.

> Mesmo com provas evidentes, os tribunais não conseguem, mais uma vez, apanhar os poderosos

Este caso tornou-se emblemático. Incorpora todos os ingredientes: autarcas, familiares destes, advogados ardilosos, fuga ao Fisco, empresas públicas mal geridas, urbanismo nada sério, tribunais incompetentes.

Perante esta política nauseabunda, Ambrósio, apetecia-me algo. Tomei a liberdade de pensar nisso. Talvez uma revolução.

Mourinho treme



O Real Madrid vence de goleada a equipa símbolo da diferença basca e nem assim se calam as críticas sobre Mourinho. Porquê?

A equipa que Mourinho lançou frente ao Barcelona, perante 100 mil testemunhas, foi um hino ao masoquismo do não-futebol e a demonstração de que mesmo um génio da tática pode ser traído pela memória deturpada pelo medo.

O medo de Mourinho tirou da memória um jogo em que dez atletas de alma hipertrofiada fizeram frente a este Barcelona pelo Inter Milão. Essa receita – não totalmente decidida por Mourinho, antes ditada por uma expulsão – é irrepetível. Mas Mourinho parece não aprender a lição. Este Barcelona de sonho só é contrariável num jogo grande se o adversário conseguir pressionar muito alto.

A equipa do Real, frente ao Barcelona, foi um hino ao masoquismo

É quando a bola ainda não está totalmente redonda nos pés de Xavi, Iniesta, Fàbregas e Messi que o adversário pode encontrar alguma vantagem.

Logo, é necessário atacar a saída de bola nos defesas-centrais e no trinco. Logo, é necessária uma equipa lançada para o meio-campo contrário e não uma sementeira de defesas e trincos como Mourinho fez em Madrid. Para vergonha sua, dos jogadores e dos adeptos. Claro que Pepe pode ser deslocado da defesa para marcar Messi. Pepe é o jogador que Messi mais teme. A presença do português num raio de cinco metros faz Messi jogar num só toque. A silhueta de Pepe à sua frente leva Messi a evitar o drible com que embala. Mas para lá de Pepe é necessária uma equipa que saiba jogar no meio-campo contrário e não oito jogadores amarrados a tarefas defensivas.

Agora, em Barcelona, Mourinho tem de novo a palavra.

P.S. – Caro leitor, esta crónica só foi escrita após o Olhanense-Sporting, por respeito pelos que seguem estas linhas. Mas não há nada de relevante a acrescentar ao que tenho escrito, pois não?

Amigos, amigos, tranches à parte

A chanceler alemã Angela Merkel recebe hoje em Berlim a directora do FMI, Christine Lagarde, para discutir o futuro da Grécia. No último fim-de-semana, o diário 'Der Spiegel' alertava para a perda de fé dos técnicos de Washington em Atenas, dada a sua incapacidade para consolidar as contas públicas e reduzir o endividamento. O que é que é estranho nesta imagem? É o futuro da Grécia que está em cima da mesa e nenhum dos decisores, aparentemente, fala grego ou pára em Atenas. Estão todos em Berlim, Paris, Bruxelas, Washington - mas, aparentemente, todos se estão a ver gregos para encontrar uma solução para o novelo enrodilhado em que a economia grega se tornou.

Como se não bastasse o embaraço de Atenas para tapar o buraco financeiro na sua própria casa, Angela Merkel subiu de novo ao palanque para apontar o dedo: ou há progressos rápidos no plano de reestruturação da dívida grega ou não haverá dinheiro para a próxima tranche de ajuda ao país. Uns dirão que é Angela Merkel a puxar dos galões antes de abrir os cordões à bolsa para garantir que não os abre à toa. Outros dirão que é o descontrolo do governo grego que não consegue travar a queda desamparada do país no abismo. É possível que Atenas tenha mesmo perdido o controlo da gestão e das contas públicas. Mas ao fazer ameaças como a de ontem, Angela Merkel faz pouco pela reabilitação grega e pela sua manutenção no euro. E há um efeito de arrastamento que pode começar com essa saída da Grécia e que seria sensato travar.

Até ver, Portugal está safo. Do descontrolo grego, das ameaças alemãs, de mais profecias negras do Dr. Doom. Mas não está livre de perigo.

As sucessivas réplicas da crise continuam a abalar os pilares da Europa e, apesar dos esforços de controlo, o risco de desmoronamento mantém-se. Um risco agravado quando as más notícias se multiplicam diariamente. Exemplos? Espanha diz que precisa de um ajustamento na ordem dos 16,5 mil milhões de euros, mas a Moody's contesta e avança com um valor quase três vezes maior. O governo italiano está concentrado na aplicação de medidas de austeridade, mas os juros de dívida já negoceiam acima de 7% (a fasquia mágica, alguém se lembra?) e o catastrofista Nouriel Roubini já veio dizer que Itália não tem hipótese: vai acabar por precisar de ajuda dos parceiros europeus.

Até ver, Portugal está safo. Do descontrolo grego, das ameaças alemãs, de mais profecias negras do Dr. Doom. Mas não está livre de perigo. A postura de bom aluno, que cumpre escrupulosamente as ordens que vêm de Bruxelas ou de Berlim, e que estão a garantir algum controlo na despesa pública, está a valer-lhe um desconto na pressão dos seus credores. Só que, à medida que surgem mais economias em apuros, começa também a escassear o dinheiro que é necessário para as salvar. E encontrar uma solução única para o dilema europeu, torna-se mais urgente que nunca.

O Nobel da Economia, Joseph Stiglitz deixou ontem o recado: Portugal é demasiado pequeno e vai precisar de mais do que o crescimento interno para se salvar. É prioritário um crescimento europeu mais rápido, mais apoio para os países em dificuldades e um banco central concentrado no crescimento e no emprego e não na inflação. Isso leva-nos de volta a Berlim, a Paris, a Bruxelas, a Washington. Porque é aí, no final de contas, que se está a jogar o futuro da Grécia, de Portugal, de Espanha, de Itália. Da Europa. Só será desejável que Merkel desista do papel de líder castigadora e, em vez de apontar o dedo ameaçador, aponte um caminho para sair da crise. Porque esta mesa de decisores tornou-se um eixo estratégico, mas não precisa de ser um eixo do mal. ■

José Reis Santos
Historiador

de prémios da industria cinematográfica um filme têm-se destacado: o Artista. É um filme anacrónico, mudo e integralmente a preto e branco, que retracta a traumática transição dos 'silent movies' para os 'talkies' através do declínio de uma estrela da velha guarda - renitente em se adaptar à nova realidade - e da ascensão de uma nova vedeta - símbolo imediato da nova vaga.

Hoje, munidos de tecnologias como a cor, a alta-definição ou as 3D, não deixa de ser curioso verificar como a contemporaneidade política teima em manter no activo uma panóplia de artistas ancorados a visões passadistas e desligadas da nova realidades mundial.

E nem me refiro exclusivamente aos políticos da nossa praça, meros figurantes obedientes sem direito a fala ou a identidade governativa. Refiro-me aos que, hoje por imbecilidade e teimosia dogmática, teimam em perpectuar a insistência na implementação de mais e mais pacotes de austeridade no espaço europeu, eternizando e agudizando a crise social, cegos que estão na perseverança de modelos datados de duas cores.

Neste cenário, a cor tem vindo das chamas que percorrem a Europa desesperada e sem futuro. A Europa desempregada, atacada nos salários, nos sonhos e na qualidade de vida. A Europa pobre, vagabunda e triste. Sem força ou esperança. A Europa que não entende os porquês da persistência da crise, da falta de alternativa política viável ou da subjeção de um continente à vontade de uma senhora apenas. Essa Europa que se esconde com vergonha dos cobradores de paletó e penhora as suas jóias e pechisbeques a senhores com fato da 5ª Avenida.

Perante este pranto colectivo, os artistas da revista-pátria lusitana limitam-se a percorrer os palcos despidos do nosso horizonte, cantando sem rima promessas rompidas em cada passo trocado, rezando a todos os deuses para que não nos tomem por gregos ou por troianos, sem se darem conta que já somos, há muito, gregos e troianos, arregimentando neste caminho apenas os fieis, os tontos e os que - bem conectados - ainda tiram partido do sistema, mesmo falido como está.

E enquanto isto a "nova vaga" teima em se apresentar, refém que se encontra da impossibilidade sistémica de ser significativa, se não intervir no espaço alemão, francês ou em Bruxelas; razão evidente mas que não justifica a falta de alternativas parcelares nos países periféricos europeus, Portugal incluído. E esta nova solução terá de provir de uma nova reflexão à esquerda; uma reflexão madura, alargada e social e politicamente consistente.

O problema é que muita desta esquerda vive também o trauma da passagem aos 'talkies', repleta que está de artistas de outras eras. Terá agora de saber construir o enquadramento que simultaneamente filtre os talentos válidos de outrora e permita o advento de novos actores, já desligados das velhas rotinas. Em França, espaço de intervenção real, Hollande tem procurado um novo caminho, de ruptura equilibrada e de transformação matricial.

Em Portugal, é urgente que Seguro liberte o PS do acordo da 'troika' e siga estes passos, para que não corra o risco de se tornar, como o

Vitória de Pirro ou uma finta à madeirense

Alberto João Jardim teimou que não assinava o plano de resgate financeiro com o Governo central e lá levou a sua avante. Ontem, ao contrário do que esteve agendado, não aconteceu nada. Aparentemente, foi mais uma vitória do líder madeirense. Para já, vai marcando o ritmo das negociações, com acelerações e travagens ao sabor das suas vontades e birras. Será uma vitória de Pirro ou mais uma finta à madeirense para manter o estatuto de privilégio que tem sido ruinoso para as contas públicas?

Escrevi neste espaço, em Setembro do ano passado, que a forma de encontrar uma solução para a Madeira seria determinante para a avaliação do Governo de Pedro Passos Coelho. Na altura, tinha-se descoberto a derrapagem de 500 milhões de euros nas contas do Executivo do arquipélago e estava-se nas vésperas das eleições regionais. O que aconteceu entretanto não abona muito para a imagem política de Passos. A negociação do plano financeiro de resgate foi-se arrastando, permitindo que Alberto João Jardim fosse fazendo a sua campanha eleitoral com o descaramento da multiplicação das inaugurações. E lá ganhou as eleições mais uma vez. O funcionamento da política nacional beneficiou o infractor, que é do mesmo partido político do Governo do continente.

Se aceitar as diabruras de Jardim, o Governo está a dar razão a todos os que se recusam a aceitar as medidas de austeridade.

De seguida, lá foram conhecidas as medidas de austeridade para Madeira. O impacto negativo na vida dos madeirenses é inegável. Acaba uma série de benesses, nomeadamente na área fiscal ou na saúde. Não sendo bom, era inevitável. O modelo de vida no arquipélago é insustentável e, portanto, é preciso cortar e têm que pagar mais impostos. Um esforço que também está ser feito no continente no âmbito do plano de resgate negociado com a 'troika'. Tudo parecia ir no caminho certo até que Alberto João Jardim recusou assinar o acordo com o Governo. E agora?

Pedro Passos Coelho não deve ceder em questões estruturais. É a única forma de melhorar a sua imagem e garantir autoridade pública para avançar com as medidas que a 'troika' impõe. Se aceitar as diabruras de João Jardim, o Governo está a dar razão a todos os que se recusam a aceitar as medidas de austeridade e a incentivar que os grupos de pressão batam o pé. Neste tempo de crise, a política do exemplo é fundamental para manter a paz social. A austeridade deve ser para todos. ■

Claques sem bola

Qualquer jogador se desconcentra do jogo ao ouvir uma multidão a cantar monocórdica. Qualquer jogador se sente próximo de peça mecânica se os movimentos dentro de campo não têm reflexo na reação da bancada. A equipa ataca e o som mantém-se. A equipa defende e o som é igual. A equipa afinal não faz ali falta nenhuma. É um mero pretexto para demonstrações de força?

As claques que entoam cânticos constantes sem consonância ou mera relação com a emoção do relvado – cantam qual horda antes do ataque – prestam um péssimo serviço à sua própria equipa. Não está em causa o amor e empenho que, certamente, as claques de FC Porto e Sporting têm pelos equipas que suportam. Mas os seus membros já deviam ter notado a relação de causa efeito entre cânticos, que podiam estar a ser entoados ali, no estádio, ou no alto de uma colina campestre, e o mau futebol coletivo em que sobre esses tons as equipas caem.

Em Alvalade e no Dragão os da casa venceram apesar do autismo das daques

Para os futebolistas o som da bancada é como uma banda sonora, que a cada momento o avalia e empurra para mais ainda. O natural na equipa da casa é que o rumor vá subindo à medida que se desenha o ataque. O natural num jogador da casa é que um detalhe, receção, drible, bom passe, tenha como recompensa um aumento de vibração na bancada. Essa é a essência do artista. Esse é o reconhecimento do jogo.

Cânticos que podiam seguir os mesmos ritmos sem atletas na relva, que esquecem jogadores e bola. Cânticos da multidão para si mesma, podem ser desafios ou sublinhados de poder. Podem levar à motivação de quem os entoa. Mas não empurram a equipa para a vitória.

Em Alvalade e no Dragão os da casa venceram apesar do autismo das suas claques. E não, como é norma, graças à força que delas emana.

Os episódios arrancavam sempre da mesma forma. Mr. Phelps, o líder de uma sofisticada equipa de agentes secretamente patrocinada pelo governo norte-americano, recebia um envelope com fotografias, pistas e uma engenhosa cassete cujo conteúdo tinha de ser visto e ouvido no momento: era assim que a equipa recebia as instruções para mais uma missão impossível. No final, o aviso de segurança: "Esta gravação irá autodestruir-se em cinco segundos. Boa sorte, Jim". E então tudo desaparecia num fio de fumo até não restar nada da mensagem que pudesse comprometer os agentes secretos.

A cena é, provavelmente, a mais marcante da popular série televisiva 'Missão: Impossível'. Mas hoje, quando se encara a realidade portuguesa ou mesmo a europeia, há momentos em que essa ficção vem à memória. Passos Coelho pode não ser o mítico Mr. Phelps nem a 'troika' lhe andou a entregar secretamente instruções para uma operação clandestina. Mas é verdade que Passos Coelho lidera hoje uma equipa encarregue de uma missão (quase) impossível de regenerar um País em frangalhos e que foi devidamente instruído pelos agentes do FMI, do BCE e da Comissão Europeia para o fazer com o mínimo de danos e espalhafato.

A partir do momento em que aceitou a missão, o Executivo português sabia que tinha de accionar um plano radical: chama-se austeridade e tem obrigado os portugueses às mais mirabolantes manobras de corte e contenção de que há memória nas décadas recentes. Passos Coelho tem seguido esse guião à risca, por vezes com mais rigor do que o exigido pela própria 'troika' – uma atitude que lhe tem valido os aplausos da exigente crítica (leia-se, o mercado e os parceiros internacionais), mas menos créditos do público (no qual se incluem os portugueses forçados a alinhar num enredo em que não passam de figurantes mal pagos).

O plano de contenção está em marcha, com cortes a eito e a direito, mas ainda não se vê o final feliz desta história. Que é o mesmo que perguntar: com tanta austeridade, quando é que o crescimento entra em cena?

Mas essas cenas já todos estão cansados de ver. O problema desta história não está no cumprimento do papel que cabe a Passos Coelho e ao seu Governo. Com mais ou menos dor, o plano de contenção está em marcha, com cortes a eito e a direito, mas ainda não se vê o final feliz desta história. Que é o mesmo que perguntar: com tanta austeridade, quando é que o crescimento entra em cena?

O conselheiro do primeiro-ministro francês, Jean-Paul Fitossi, em entrevista ao Económico, não é o primeiro, nem será decerto o último, a alertar para os riscos de uma política exclusiva de austeridade imposta pela Europa e pelo FMI: "Não tem futuro". E, tal como a Standard&Poor's, também este economista reconhece que reformas assentes unicamente na austeridade, que não têm em conta o crescimento, são autodestrutivas. Não deixa de ser irónico que o alerta parta do conselheiro de um governo que, aliado a Berlim, tem ajudado a definir as regras impostas aos parceiros economicamente mais fragilizados, como Portugal. O aviso, contudo, não é ficção. É urgente repensar o guião da austeridade e introduzir etapas de crescimento. Para evitar que, como na ficção, a economia portuguesa não se auto-destrua em cinco... quatro... três... ■

José Reis Santos
Historiador

situação financeira e política caótica. Julga-se que a solução para os problemas do País passam pelo auxilio externo, e para o efeito, solicita-se um avolumado empréstimo à comunidade internacional. Primeiro nas principais praças financeiras - que rejeitam o resgate -, depois junto das organizações internacionais; que acedem, mas impondo condições: equilibro orçamental, implementação de um conjunto de medidas de austeridade e a permissão da presença de equipas de peritos internacionais no país para verificação da implementação de tais medidas. A reputação internacional de "lixo" é a razão para tais elevadas exigências. E revelador de tal má fama é o cunho em França do verbo "Portugaliser", que significa imprevisibilidade total, caos generalizado, virar tudo do avesso.

O governo português rejeita tais exigências, advogando que o comprimento das mesmas implicaria uma inaceitável perda de soberania. Demite-se o ministro das Finanças, Sinel de Cordes, e é novamente convidado para a pasta um notório professor de Finanças da Universidade de Coimbra, paladino de uma revolução moral do carácter do povo português: António de Oliveira Salazar. Estamos em 1928, e não como o leitor poderia julgar, em 2011 ou 2012.

Apesar da tentadora transposição para a actualidade de eventos passados, do divertimento académico da História contra-factual, a realidade é que História não se repete. Ou repetir-se-á? É que a julgar pela dispersão de discursos populistas, adventistas e nacionalistas que pululam o espaço político europeu (especialmente a Leste), poderíamos julgar estar perante um filme já visto. E se nada for feito para combater os salvadores da Pátria que inevitavelmente promovem - como o nosso Salazar - propostas socialmente retrógradas, moralmente conservadoras e civicamente discriminatórias, caminhamos a passos largos para uma infeliz "salazarização" europeia. Suprema ironia, quando o nosso pequeno ditador sempre foi homem de pequenos horizontes.

Em todo o caso questiono-me se Portugal se mantêm imune a tais fenómenos e se, mais de oito décadas depois, conservamos as características da ingovernabilidade que forjaram tal verbo francês e que ciclicamente nos empurram para novos Sebastiões, coimbrões ou não.

Julgo que as características do nosso sistema político democrático têm conseguido amenizar o advento de projectos ultranacionalistas alternativos, ao mesmo tempo que temos sabido concentrar a proclamação de novos Sebastiões nas bancadas dos relvados, e não nas tribunas da política, chamando-lhes hoje Ronaldos como ontem lhes chamávamos Eusébios. Mas infelizmente não consigo deixar de me recordar das célebres palavras de Almada Negreiros, esperando infinitamente pela

Aí vai a História...!

Luís Reis Torgal
Professor catedrático aposentado da Universidade de Coimbra, historiador, cidadão português e do Mundo

MIGUEL VIDAL/REUTERS

Por esta vez irão pela janela fora dois feriados. Exactamente um que comemorava a independência de Portugal e outro que simbolizava a República.

O "Governo de Portugal", com este acto, apenas representou, metaforicamente e ao contrário, o que um feriado significa ou deixa de significar. Um feriado cívico é um símbolo da História e matá-lo representa um acto simbólico de destruir essa História. E essa decisão diz bem de um Governo que não é independente no seio de uma Europa e de um Mundo regidos pelas leis do dinheiro.

Assim, não será difícil extinguir o feriado da Restauração, de 1 de Dezembro, que mais do que representar o fim da Monarquia dual de Espanha e Portugal em 1640, representava (ou devia representar) a tentativa de o país conquistar a sua verdadeira independência e identidade, tal como havia sido pensada pelos intelectuais e políticos idealistas do século XIX, como Herculano ou José Estêvão, que abriram a via de celebração desse dia. Por outro lado, reflectindo a crise da República ou da *Respublica*, da "coisa pública" – tudo se quer privatizar, neste mundo do dinheiro –, e a doença da Democracia, não será difícil terminar com o feriado do 5 de Outubro, que, mais do que uma mudança de regime, significou (ou devia significar) uma tentativa, mais uma, de reconstituição do país, com uma nova bandeira e um novo hino, símbolos da Pátria e dos ideais da Humanidade.

No liberal Reino Unido, agora neoliberal (com a carga negativa que tal comporta), para falar em feriados utiliza-se a expressão *Holidays bank*, pois os feriados são sobretudo os dias em que não se fazem negócios e os bancos estão fechados. É esse o seu carácter simbólico predominante, de uma cultura e de uma civilização históricas por natureza, mas que criaram o seu Estado e o seu Império pragmática e orgulhosamente. Em Portugal será cada vez mais assim, mas sem orgulho, imitando o mundo prático e mercantilista, mas sem a força da História. Afinal sem a força de símbolos que são nossos e que fomos construindo, sem a força de símbolos nacionais e universais, os símbolos da independência, da identidade e da democracia.

Como no filme de 2007, de Paul Haggis, *No Vale das Sombras* (na versão portuguesa) – mais um contra a intervenção americana na guerra do Iraque – estamos quase a ter de hastear a nossa bandeira ao contrário, em sinal de que a Pátria e a nossa Democracia estão em perigo. Tudo em nome da produtividade e de uma dívida para a qual a maioria dos portugueses não contribuiu. Poderemos e deveremos, em nome destas "coisas" com que não nos identificamos, deixar que, irresponsavelmente, atirem fora a História, que é de todos nós?

Estamos quase a ter de hastear a bandeira ao contrário, em sinal de que a Pátria e a nossa Democracia estão em perigo

Quero ser um Catroga

WIECK/GM

O bisturi

Jorge Marmelo

Poesia pura. Numa só semana, ficámos a saber que a imensa Via Láctea é branca "como as neves da Primavera acabadas de cair" (ou como o cabelo do economista Eduardo Catroga); e que alberga qualquer coisa como cem mil milhões de planetas – um número tão bestial que, para se ter uma ideia aproximada da sua dimensão, é preciso compará-lo com coisas realmente grandes, como o montante da dívida pública portuguesa ou a falta de tino de alguns políticos. Suponho, aliás, que ainda este mês escutaremos o ministro Miguel Relvas incentivar os nossos jovens, altamente qualificados, a universalizarem-se e emigrarem para este inexplorado filão de oportunidades, que ajudarão a civilizar para gáudio da pátria (ou isso ou a ASAE investigando a suspeitíssima Via Láctea, não vá a nívea galáxia ser constituída por leite em infracção às leis da concorrência).

Sendo uma fonte inesgotável de boas notícias, do infinito silêncio espectral também, às vezes, vêm aos trambolhões coisas menos agradáveis, como satélites desgovernados e assim. Era mais simpático se chovessem pastéis de nata, ou, vá lá, *croissants* de chocolate, mas, em todo o caso, continuo muito determinado a não permitir que o meu optimismo se inquine por dá cá aquela palha. Pretendo mesmo encher-me de soberba e acreditar na possibilidade de me transformar num Catroga da vida: em vez de empobrecer austeramente e de encolher de frio tiritando nas longas noites do "Inverno da nossa resignação", como lhe chamou o espanhol Manuel Rodríguez Rivero, planeio trocar o meu salário por uma remuneração compatível com as reais necessidades do país. Creio, aliás, que uma boa parte da crise se resolverá muito simplesmente (com a compreensão de alguma entidade patronal): equipare-se o meu ordenado ao do presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP. Como 50% do que passarei a ganhar vai para impostos, a receita do Estado crescerá e isso terá um efeito redistributivo para as políticas sociais. Catroga *dixit*. E se o visionário aposentado o diz, eu baixo humildemente as orelhas. Afinal de contas, entre nós os dois é ele quem tem o mais espectacular currículo da Via Láctea e arredores.

Ao contrário do que sucede com os satélites e outros objectos sujeitos à gravidade, os ordenados simpáticos do meu país tendem a chover persistentemente em cima dos mesmos indivíduos, chamem-se eles Catroga, Vara, Cardona, Lopes, Pinto ou Mexia. Para os demais e comuns mortais, incapazes de fazerem mais do que trabalhar para ir vivendo, as respectivas remunerações estão transformadas numa espécie de "salário do medo". Não vamos, como no romance de Georges Arnaud que Clouzot filmou, a conduzir um camião carregado de explosivos por uma estrada sul-americana. Às costas temos apenas o peso (cada vez mais) leve do nosso ordenado minguante e o enorme fardo que é o medo de o perder. Vamos aceitando, por isso, que no-lo roubem aos bocadinhos, em pequenas garfadas, até que já não nos sobre dignidade nenhuma e nos vendamos por três vinténs.

Jornalista

O erro de André

A vitória de ontem não muda nada: Villas-Boas está em queda no Chelsea. Uma limpeza de balneário durante este mês já não vem a tempo de salvar uma época que só uma muito improvável vitória na Liga dos Campeões poderia ainda fazer brilhar.

O ex-técnico do FC Porto já mostrou competência, frieza para lidar com o stress mais intenso, instinto no banco. O que lhe faltou, então, nesta entrada em Inglaterra?

Villas-Boas em variados domínios – da extroversão no banco, linguagem corporal e facial em particular, à capacidade de comunicar com os jogadores através da imprensa – segue de perto Mourinho. Mas, na entrada em Inglaterra, desrespeitou uma regra de ouro: não se pode vencer de forma constante com uma equipa dominada por jogadores milionários, instalados, em final de carreira. O ex-adjunto deveria lembrar-se que a estrela de Mourinho empalideceu no Chelsea quando Abramovich lhe impôs Ballack e Schevchenko. Então, Terry, Lampard e Drogba ainda estavam na plenitude e sem o aburguesamento competitivo que dinheiro e idade em regra trazem. A avaliar pela época presente, estes três jogadores não parecem exceção à regra, como foram, em tempos recentes, Figo ou Maldini. Como ainda é Raúl, por exemplo. Raúl que, recorde-se, saiu de Madrid com a chegada de Mourinho. E com ele o leal escudeiro Guti.

Villas-Boas ponderou mais o contrato do que as condições para chegar ao êxito

Villas-Boas ponderou mais a remuneração do seu contrato do que as condições necessárias para chegar ao êxito. Menos um punhado de milhões no cheque e talvez o plantel pudesse ser outro. Ou Villas-Boas achava-se capaz do milagre da multiplicação da força, velocidade e ambição, em jogadores que têm a sua idade e muito mais experiência no futebol de topo?

Há erros que um líder de qualidade não comete duas vezes. Veremos se Villas-Boas terá a segunda oportunidade que a sua competência merece.

Prevenir a violência social para evitar a sua repressão

José Loureiro dos Santos
General

Se não forem tomadas medidas capazes de inverter a continuação do aumento do desemprego, o que envolverá a promoção de atividades que consigam fazer crescer a economia do país, aumentarão os riscos de graves perturbações da ordem por motivos sociais.

Se a atual situação se mantiver – conforme dizem os especialistas, ela tenderá a acentuar-se –, aumenta a probabilidade de surgirem episódios de grave perturbação social, espasmódicos no início, mas com o perigo de se generalizarem caso não sejam eficientemente sustados por medidas urgentes de natureza económico-social. Prevendo a impossibilidade (que se não deseja) de ultrapassar as condições atuais, potencialmente geradoras de desordens e do seu alastramento, haverá que prever a existência de legislação, de meios humanos e materiais, e de planos prontos a serem ativados contra eventuais surtos de violência que venham a eclodir.

Além da necessidade de adotar políticas de dinamismo económico, também haverá que efetuar a gestão da escassez de recursos de forma justa, exigindo a austeridade à luz do princípio da equidade entre os diversos grupos sociais, com a finalidade de impedir o aprofundamento do sentimento já existente de tratamento desigual (portanto injusto), em particular da classe média e da população de mais baixos rendimentos. Uma perceção de injustiça que poderá reforçar a insatisfação e desenvolver condições que incendeiem os ânimos das pessoas e as conduzam a atos de revolta.

Caso resultem frustrados os objetivos prioritários de prevenção e venham a ocorrer incidentes de violência, haverá que agir no sentido de repor a lei e a ordem que garantam a segurança dos cidadãos. Este objetivo deverá ser levado a efeito com adequadas operações de polícia, portanto com os meios estritamente necessários para o alcançar, o que exige forças de segurança interna tecnicamente preparadas e psicologicamente motivadas. Para conseguir esta qualidade de atuação policial, terão de existir equipamentos específicos e, especialmente, efetivos que não tenham a perceção de serem alvo de procedimentos tão injustos ou ainda mais do que aqueles que levaram cidadãos comuns à revolta. É aconselhável uma cuidadosa (e urgente) ação de prevenção relativamente aos militares e agentes com responsabilidades policiais, visando reforçar a sua vontade de cumprimento do dever, já testada – até agora com resultados positivos – em acontecimentos recentes de gravidade bem inferior aos que podem vir a ocorrer, se não forem tomadas as decisões políticas indispensáveis para os evitar.

Como consequência das atitudes preventivas indicadas, parece possível conter quaisquer perturbações sociais em limites (geográficos e de intensidade) manejáveis por operações das unidades de segurança interna. Mas não deverão deixar de ser considerados cenários de maior gravidade, incluindo aqueles que imponham o uso de capacidades superiores às que dispõem as forças da PSP e da GNR, o que poderá exigir a declaração de um dos estados de exceção constitucionalmente previstos – estado de emergência ou estado de sítio. Neste caso, ficará em cima da mesa o emprego de unidades das Forças Armadas em operações no território nacional, o que é sempre uma medida de último recurso.

Tal como para as forças de segurança interna, coloca-se também para as Forças Armadas a necessidade de tomar medidas preventivas

De acordo com a Constituição e a Lei, para implantar qualquer dos estados de exceção, torna-se necessária a concordância expressa da maioria dos portugueses, através dos seus representantes eleitos e envolvendo os três órgãos de soberania do Estado. Depois de ouvido o Governo, compete ao Presidente da República (PR) solicitar à Assembleia da República (AR), em mensagem fundamentada, autorização para declarar o estado de emergência (as Forças Armadas atuam em apoio das autoridades civis) ou o estado de sítio (as forças de segurança interna utilizadas ficarão sob o comando das Forças Armadas). A Assembleia da República autorizará o estado de exceção a estabelecer, após o que o Presidente emitirá um decreto que precisa da referenda do Governo, onde devem ser discriminados a área geográfica em que vigorará, o período durante o qual se manterá "com menção do dia e da hora dos seus início e cessação", os direitos, liberdades e garantias a restringir, bem como outros elementos que esclareçam o Parlamento do que se pretende fazer.

Tal como para as forças de segurança interna, coloca-se também para as Forças Armadas a necessidade de tomar medidas preventivas, no respeitante à determinação psicológica e motivação moral de que precisam para agirem no quadro do cumprimento da Lei, sem hesitação, como último garante da autoridade do Estado e da segurança dos cidadãos. *(A pedido do autor, este artigo respeita as norma do acordo ortográfico)*

Geopolítica da crise europeia e o futuro de Portugal

José Loureiro dos Santos
General

Em termos simples, a geopolítica trata da influência que as características geográficas dos estados (extensão, configuração e posição) têm na natureza dos respetivos interesses. Citando o exemplo de Portugal, são seus interesses "permanentes" equilibrar eventuais pressões políticas provenientes do continente europeu com relações a ocidente (através do mar), assim como uma Península Luso-espanhola multipolar, em vez de bipolar.

A atual crise europeia é influenciada pelos efeitos de duas alterações geopolíticas recentes. A reunificação da Alemanha, na sequência do fim da Guerra Fria, que Mitterrand e Thatcher tentaram evitar com receio das suas repercussões geopolíticas; e a mudança substantiva dos centros de poder mundial provenientes da emergência de grandes potências do Sul e do Oriente, materializando-se na modificação do esforço estratégico dos EUA, retraindo forças militares da Europa e concentrando-as na Ásia/Pacífico.

A reunificação alemã reconstituiu a configuração geopolítica da segunda guerra mundial. A mudança do esforço norte-americano para a Ásia confere, dentro de limites precisos (os EUA querem manter o Atlântico Norte como "lago" norte-americano), certa liberdade de ação ao jogo de poder europeu.

Este regresso ao espaço geopolítico da segunda guerra mundial fez ressurgir os dois grandes centros de poder do Centro e do Leste do continente: Moscovo e Berlim. A Oeste, os EUA, como "potência europeia", continuam como único centro de poder capaz de colmatar as fragilidades dos países que foram centros de poder no passado, França e Reino Unido. Enquanto o centro russo e alemão tenderão a polarizar os estados que mais lhes interessem, o centro norte-americano, enquanto não percecionar uma ameaça na Europa, limitar-se-á a impedir que os principais estados europeus ribeirinhos assumam um posicionamento hostil aos seus interesses no Atlântico.

Entre os interesses permanentes da Rússia e da Alemanha conta-se a necessidade de fronteiras defensáveis. É este interesse que impulsiona Moscovo a manter o Cáucaso, a Sul, e a avançar para o Báltico e para o controlo da Ucrânia a Oeste. A extensão da Rússia tem substituído linhas defensivas sólidas pela condução de manobras retardadoras que desgastam o adversário ao longo das linhas de comunicações, obrigando-o a retirar do território russo, o que aconteceu com Napoleão e Hitler. Quanto a Berlim, na ausência de obstáculos naturais contínuos onde possa defender-se, sempre procurou avançar paras as costas marítimas europeias, manobra seguida na primeira e na segunda guerras mundiais, sem êxito.

Mesmo que Berlim não tenha tido a intenção de usar a crise das dívidas soberanas dos estados europeus do Sul – para já dos periféricos, eventualmente mais tarde dos outros –, para os submeter politicamente, a situação vem-lhe propiciando um quadro de decisões que têm funcionado nesse sentido.

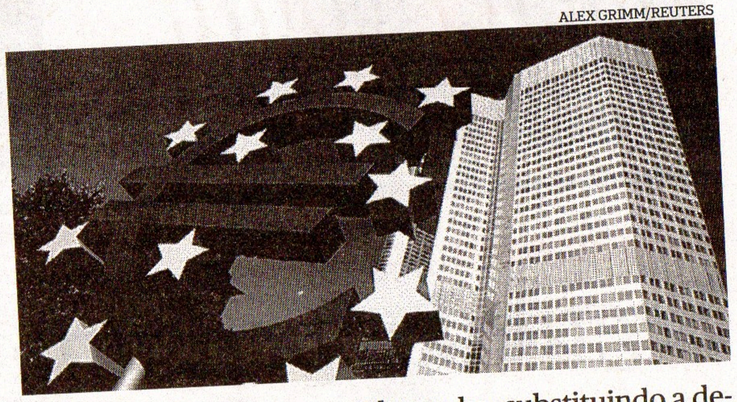
Os métodos de apoio alemães aos países devedores têm exigido uma austeridade que se justifica, mas sem medidas claras de apoio ao crescimento económico, o que tem reforçado a dependência dos periféricos. Ou seja, a austeridade tem funcionado como instrumento estratégico de manutenção do poder sobre os países endividados, gerando reações negativas dos seus cidadãos.

Uma eventual alteração das orientações seguidas até agora – apoiando o crescimento económico da periferia europeia – proporcionaria uma melhoria de bem-estar à região, o que poderia alterar a natureza dos laços (e dependência) com Berlim, mas teria o risco de permitir situações de desenvolvimento económico que favorecessem o caminho para uma autonomia que desagradasse aos alemães. Os periféricos obedecerão ao centro europeu enquanto precisarem de dinheiro; ficam em condições de se subtrair ao seu domínio quando forem criadas alternativas ao financiamento de que necessitam.

A austeridade tem funcionado como instrumento estratégico de manutenção do poder sobre os países endividados

Veremos se o aumento substancial e generalizado, já anunciado, dos salários dos trabalhadores alemães, fazendo aumentar o respetivo consumo, consegue dinamizar as exportações dos países em crise para a Alemanha, substituindo a dependência da periferia em relação ao núcleo por uma interdependência que solidifique as relações mútuas, o que satisfará o interesse alemão, alargando a sua influência e poder até às costas marítimas.

ALEX GRIMM/REUTERS



Entretanto, se a Europa for evoluindo para a constituição de um bloco de poder continental a partir da Alemanha, Berlim não consentirá em relações políticas ou económicas dos periféricos com potências extraeuropeias. Assumirá diretamente esse relacionamento, colocando-se como candidato a integrar o governo mundial, ao lado de Washington, Pequim, Moscovo, Nova Deli e Brasília.

A consolidação deste bloco de poder poderá criar imensos problemas aos países ribeirinhos do Atlântico que o integrem, nomeadamente a Portugal, o que dependerá do posicionamento que uma Alemanha imperial adote em relação aos EUA, cuja posição de potência marítima dominante tem todas as condições para perdurar. Precisarão de manter na sua órbita o triângulo estratégico português (Lisboa/Funchal/Ponta Delgada), assim como as posições chave que lhes permitam dominar as linhas de abordagem marítima ao continente. Como estas posições terão igual importância estratégica para o bloco continental, será muito grande a probabilidade de elas serem disputadas entre os dois grandes poderes (marítimo e continental), o que colocará novamente Portugal no caminho dos conflitos. *(a pedido do autor, este artigo respeita as normas do acordo ortográfico)*

Isaltino

Paulo Morais
Professor universitário

Isaltino Morais continua à solta. Foi condenado nos tribunais, em todas as instâncias, mas o Estado português não tem meios para o mandar prender. É esta a triste realidade: o cidadão Isaltino tem mais poder do que todo o sistema de Justiça.

Isaltino não é apenas um autarca ou até só um réu. É já um símbolo deste regime decrépito. Representa o que há de pior na promiscuidade entre negócios e política, simboliza a corrupção e a total impunidade.

Toda a sua vida política e empresarial e todo o seu enriquecimento são representativos do quanto este regime se degradou.

As suas sucessivas eleições para a Câmara de Oeiras já nem surpreendem. Os oeirenses sabem que a generalidade dos políticos não é séria e por isso acreditam que ter como presidente um criminoso com obra é talvez um mal menor. Na senda do slogan desse Isaltino brasileiro que foi Ademar de Barros: "Rouba mas faz."

Isaltino foi acusado dos crimes de participação económica em negócio, corrupção, branqueamento de capitais, abuso de poder e fraude fiscal. Segundo a acusação, Isaltino Morais "recebia dinheiro em envelopes entregues no seu gabinete" para licenciar loteamentos, construções ou permutas de terrenos.

Depois de um longo processo, já com sete anos, veio a consequente condenação. A que se seguiram recursos e mais recursos. Mas, mesmo depois de os recursos terem sido declarados improcedentes, o presidente da Câmara de Oeiras continua à solta.

O próprio presidente do Supremo Tribunal de Justiça veio proclamar que a prisão já deveria ter tido lugar e que "não faz sentido que a pena ainda não tenha sido executada". Mas graças ao seu enorme peso político, e dispondo do apoio de advogados que se mexem com perfeição no pântano em que o aparelho de Justiça se transformou, Isaltino é impune.

> Isaltino é já um símbolo deste regime decrépito. Representa a corrupção e a total impunidade

A não detenção de Isaltino é escandalosa, mesmo em Portugal.

Faz perigar o Estado de direito, pois o mínimo que se exige a um sistema de Justiça é que consiga executar as suas decisões. E esta situação pode até constituir uma sentença de morte para a própria democracia.

Pois um Estado que não é de direito não é democrático.

Sobreendividamento e relançamento económico

O número de famílias que não consegue pagar os créditos contratados com a banca subiu 34.000 em 2011 e atingiu mais de 670 mil. É certo que a maior parte destes casos dizem respeito a créditos ao consumo, mas também é certo que o número de pessoas que já deixaram de pagar o crédito à habitação é, no total, de quase 140 mil. Esta situação é preocupante pelo facto de a prestação da casa ser a última que as famílias deixam de pagar, mas é ainda mais preocupante porque os números do incumprimento no crédito à habitação passaram de pouco mais de 2.200 em 2010 para quase 13 mil em 2011, aumentando quase seis vezes de um ano para o outro.

Estes números estão de acordo com os dados de pessoas sobreendividadas registados pela Deco. Segundo aquela associação de defesa do consumidor, o aumento daquelas situações entre 2010 e 2011 foi de 51%. A progressão do número de pessoas que não conseguem fazer face às dívidas contraídas é mesmo assustadora. Em 2000 verificaram-se 152 casos, em 2003 registaram-se 515, em 2007 chegaram aos 1.976, em 2008 ultrapassaram a fasquia dos 2.000 casos e em 2011 atingiram 4.288 os processos de sobreendividamento de particulares. Com as medidas de austeridade, o crescimento do desemprego, o aumento de preços de bens e serviços e a diminuição do rendimento disponível, a situação tende mesmo a agravar-se este ano.

Ao mesmo tempo, o número total de empresas em incumprimento também subiu. Anualmente, 2011 registou o maior aumento de que há memória, passando de cerca de 2.400 empresas declaradas em incumprimento em 2010 para quase 9.000 em 2011. O número total de empresas que deixaram de honrar as suas responsabilidades para com os bancos subiu para perto das 58 mil em Dezembro de 2011. Uma situação que é ainda mais inquietante quando se verifica que a maior parte dos créditos em incumprimento são da ordem dos 5.000 euros, o que dá bem ideia da situação a que chegaram as disponibilidades das empresas e faz temer pelo aumento do número de falências e, consequentemente, dos desempregados no futuro próximo.

Ao mesmo tempo, os bancos têm de suportar estas situações num momento de maiores exigências de capital. Em termos globais, os bancos contabilizavam cerca de 13,3 mil milhões de euros de crédito malparado em 31 de Dezembro de 2011. Estes números indiciam perdas, necessidade de aumento de provisões e maiores dificuldades em cumprir os rácios de capital exigidos pelo Banco de Portugal e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). Mas também indiciam um aperto cada vez maior na concessão de crédito e, por consequência, no financiamento da economia, sobretudo das empresas, aumentando a dificuldade de relançamento da actividade económica e o consequente crescimento, tão necessário para que o País possa sair da situação de crise em que se encontra mergulhado.

Só depois de ultrapassada esta situação de deterioração da condição económica dos particulares e das empresas é que o trajecto do crédito bancário poderá começar a inverter-se e a haver, novamente, libertação de meios para fazer crescer a actividade económica. É preciso limpar o que está mal para que, depois, possa voltar a harmonia e o desenvolvimento sustentável, o que, segundo a maior parte dos economistas, não é previsível que, mesmo que tudo corra bem, venha a acontecer antes de meados de 2013. ■

Árbitro e favorito

Este campeonato parece já destinado ao Benfica. Cinco pontos de avanço, o plantel mais equilibrado e a liderança técnica mais sólida apontam os encarnados ao título.

Claro que ainda há muito jogo pela frente. O grande Lucho chega para o FC Porto e fevereiro traz sempre o fator Europa, com lesões e cansaços para quem ainda por lá anda. Mas este Benfica está mesmo com estrela de campeão.

Poderá ter alguma razão Vítor Pereira quando critica árbitros menos capazes por se vergarem ao poder do favorito. Em Portugal, ninguém sabe mais disso – de maus árbitros e supostos bons serviços – do que o FC Porto. Durante as décadas de oitenta e noventa do século passado, quantas vezes a equipa foi levada ao colo enquanto os outros candidatos eram empurrados para baixo? Várias. E nem sempre de forma conluiada certamente. Basta um espírito servil para decidir sempre em favor do mais forte.

Ninguém sabe mais de maus árbitros (...) do que o FC Porto

Agora, estará o FC Porto a provar do seu próprio veneno? Talvez, mas até ao momento não parece. As arbitragens não têm mostrado uma tendência nítida e monocolor, antes continuam a enfermar, regra geral, de um atávico protecionismo aos clubes maiores. Nesta última jornada, o Benfica foi beneficiado, como é regra, e o FC Porto estranhou decisões duvidosas contra os seus interesses.

Só as próximas rondas poderão acentuar a tendência encarnada deste título e desfazer ou confirmar a ideia de que este favoritismo se estende do melhor futebol jogado até à arbitragem.

Pois, para já, a verdade é que pertence ao Benfica o futebol mais sólido. O maior poderio ofensivo. A mais rápida circulação de bola.

E, aos melhores, até o apito parece sempre ajudar.

Democratas e baleias

O bisturi

Jorge Marmelo

Numa espécie de suicídio colectivo, 99 baleias saíram anteontem da sua zona de conforto, como agora se diz. Rumaram a uma praia da Nova Zelândia e ali ficaram a morrer aos poucos. Faziam lembrar a democracia portuguesa.

De acordo com um estudo que o PÚBLICO divulgou na semana passada, só 56% dos portugueses consideram que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. A outra (quase) metade prefere já duvidar da célebre frase de Winston Churchill (que Sérgio Godinho transformou em refrão de uma cantiga), segundo a qual "a democracia é o pior de todos os sistemas com excepção de todos os outros". Trata-se, suponho, de gente para quem a justiça, a igualdade de direitos, deveres e oportunidades, bem como a faculdade de escolher aqueles que governam os recursos do país em nome do bem comum, passaram a ser conquistas negligenciáveis, ainda que, pelos vistos, aprecie o direito de expressar livremente a opinião que tem. O paradoxo é perfeitamente compreensível e, de certo modo, já estava explicado na canção de Sérgio Godinho, naquela parte em que diz que "Há muitos países que julgam/ que têm democracia, inclusive,/às vezes, o nosso".

Não pretendendo sugerir que aqueles 44% de portugueses deviam ser obrigados a sair da zona de conforto que a democracia lhes proporciona, calando-se como no tempo da outra senhora, sou até capaz de reconhecer que os resultados do estudo devem andar próximos da realidade. Bastava ter reparado nas percentagens de abstenção registadas nas últimas eleições, ou ouvir duas pessoas a conversar na rua, para obter um retrato muito semelhante: os cidadãos acham que os políticos se preocupam sobretudo com os seus próprios interesses e com os interesses dos grandes grupos económicos (que os contratam antes e depois do exercício de funções públicas), que são corruptos, que não representam adequadamente o povo que os elege, que desbaratam os impostos, que mentem para ganhar eleições e que são insensíveis às dificuldades das pessoas comuns. E depois, outro paradoxo, os portugueses elegem-nos outra vez.

Os políticos também não se incomodam muito com a fraca opinião que os portugueses têm deles. Desde que possam manter-se no poder, festejam efusivamente os triunfos eleitorais, mesmo se, contabilizada a abstenção, se torna evidente que são eleitos por grupos minoritários de cidadãos.

Segundo o estudo, 31% dos entrevistados já não conseguem identificar uma instituição ou agente de representação política que dê voz às suas preocupações. A segunda maior fatia, 22%, apontava para o Presidente da República. Mas isto foi em Julho, antes de Cavaco, o "provedor do povo", ter dito o que disse sobre os rendimentos que aufere: que duas reformas chorudas não chegam para as despesas que tem. Talvez agora, como baleias confusas, mais alguns democratas sem cheta se suicidassem metaforicamente, afirmando preferir qualquer outro sistema àquele que permite eleger um presidente assim. Há-de, pois, ser já perigoso referendá-lo.

Jornalista

Por que é que os sistemas informáticos falham tão facilmente?

É a pergunta que estará na cabeça de muitos portugueses, depois de assistirem nos últimos tempos a um rodopio de notícias sobre ataques bem sucedidos a diversos sistemas da administração pública, forças da ordem, serviços de informação e não só, ainda por cima perpetrados por diferentes organizações, como os LulzSec Portugal, Anonymous Adolescentes ou LusitanianLeaks PT. A sensação com que se fica é a de que é "chegar e servir-se", tal é a gama de sistemas atacados com sucesso.

Quando perguntados, o Estado e os operadores de sistemas críticos asseguram que se preocupam com a segurança informática dos seus sistemas. Os últimos factos parecem desmenti-los, pois expõem uma fragilidade muito preocupante e contra factos não há argumentos. Para tentar perceber a situação, resta-nos fazer hipóteses:

Hipótese A – Pouco ou nada teria sido feito para auditar seriamente, em termos de segurança, as organizações visadas: depois dos vários sinais de alarme ao longo dos últimos anos, essa hipótese revelaria um pouco desculpável desleixo.

Hipótese B – As organizações teriam sido alvo de auditorias, as quais não teriam apontado nada de grave: pelos exemplos práticos que podemos agradecer aos vários *hackers* que por elas têm entrado como faca em manteiga, essa hipótese revelaria uma preocupante dificuldade em escolher auditores competentes.

Paulo Esteves Veríssimo
Professor de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Hipótese C – As organizações teriam afinal sido alvo de auditorias, as quais teriam apontado de facto riscos graves, mas esses não só não teriam sido mitigados convenientemente como teriam sido mantidos em segredo: essa hipótese revelaria uma ainda mais preocupante falta de respeito para com os cidadãos e utentes em geral e, da parte dos responsáveis, uma certa tendência para esconder a cabeça na areia.

As três hipóteses definem o problema e, em proporções mais ou menos equilibradas, responderão de modo bastante completo à pergunta que dá o título a este artigo. Enquanto a maioria dos países ocidentais reconhece, com preocupação, o risco que corre face às vulnerabilidades das suas tecnologias da informação e comunicação (TIC), em Portugal caminha-se paulatinamente para o aumento das ameaças, colocando cada vez mais activos da sociedade *online* sem que se faça, parece-me, o suficiente para reduzir as vulnerabilidades dos sistemas, numa escalada de risco que se arrisca a acabar mal. É como se estivéssemos a encher progressivamente uma casa de ouro e jóias, sem ir mudando as fechaduras e pondo grades e alarmes à medida que o recheio aumenta de valor...

Note-se que muito para além destas organizações radicais cujas actuações vieram a público estão redes criminosas e terroristas, que se tornaram especialistas em ataques direccionados a instituições bem determinadas. Estas redes têm poder económico mais do que suficiente para reunir os recursos e saber-fazer necessários para causar danos a sério e bem mais sinistros, dos quais nem sempre fazem alarde.

Uma recente resolução do Conselho de Ministros anunciou um plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública, no âmbito do qual lançou a primeira pedra da definição de uma estratégia nacional de cibersegurança. Ambas as decisões são genericamente de aplaudir, mas é de notar que: o pacote de medidas vem aumentar significativamente a dependência das TIC, tornando ainda mais urgente a definição de uma estratégia de segurança, que é por enquanto uma intenção. E não pode ser qualquer estratégia de segurança, pois uma má estratégia e más políticas de segurança seriam catastróficas, colocando o país à mercê não só de ataques de elementos marginais e hostis, mas também da captura de interesses vitais para a sociedade (privacidade, justiça, soberania, economia) por parte de lóbis obscuros. *(http://www.di.fc.ul.pt/~pjv)*

Na prática, um "comissário do orçamento" é uma coisa muito parecida com um governador colonial

A Europa aqui tão longe

José Vítor Malheiros

1. Um diplomata europeu citado por *The Economist* considerava há dias que o novo pacto orçamental que a Alemanha quer impor aos países do Eurogrupo consistia em assinar "um tratado que torna o keynesianismo ilegal".

Já há muitos anos que os países mais ricos da União Europeia têm vindo a impor aos seus confrades (com maior ou menor diplomacia, com mais ou menor oposição, com maior ou menor publicidade, com maior ou menos compreensão por parte dos cidadãos europeus) medidas que tornam na prática uma política de esquerda ilegal ou impraticável, dificultando de todas as formas possíveis, em nome da defesa do mercado e da livre concorrência, intervenções dos estados na economia que permitiriam regular determinados sectores e evitar o agravamento de desigualdades na sociedade. Pode-se dizer que todas estas medidas foram adoptadas devido a um consenso - que envolveu tanto governos de direita como governos auto-intitulados sociais-democratas - em torno do pensamento neoliberal, que prometeu o bem-estar como resultado mágico do mercado livre. Pode-se dizer que todas estas medidas foram adoptadas em conselhos europeus constituídos por governos democraticamente eleitos. No entanto, o facto persiste que, para levar a cabo uma política minimamente de esquerda num qualquer país da UE, passou a ser necessário não só um Governo maioritário no país em questão como a determinação de combater milímetro a milímetro uma Comissão Europeia e um Conselho Europeu armados de toda a espécie de determinações neoliberais plasmadas em tratados e normas.

O trágico é que a UE não só parece ter abandonado toda a ideia de solidariedade e de coesão, como os seus membros mais ricos parecem empenhados na submissão dos mais pobres

Agora, a Alemanha quer tornar ilegal - para já na Grécia, mas é evidente que o país que se segue é Portugal e depois seguir-se-ão outros - o exercício da soberania nacional nos países endividados. Um país com dívidas não tem direito a tomar decisões sobre a sua política interna. Claro que a proposta de Berlim diz apenas respeito às decisões que possam pôr em causa os objectivos financeiros e o pagamento das dívidas - o "comissário do orçamento" nomeado pelo Eurogrupo para a Grécia deveria ter apenas o poder de vetar as decisões do Governo grego com incidência orçamental. Só que é difícil imaginar que medidas governamentais se podem considerar sem impacto orçamental. Na prática, o "comissário do orçamento" seria a coisa mais parecida com um governador colonial, garantindo que os direitos da "metrópole" (leia-se dos credores) se sobreporiam em todas as circunstâncias aos direitos das populações locais. É uma colonização à distância, um telecolonialismo, uma ocupação financeira.

O secretário-geral do PS português considerou que a proposta alemã ofende princípios básicos de soberania e "a própria dignidade dos povos". Tem razão. Mas a proposta vem na sequência de outras atitudes do mesmo tipo - lembram-se da proposta do comissário alemão Gunther Oettinger de pôr a meia-haste nos edifícios europeus as bandeiras dos países endividados?

O presidente do Eurogrupo, o luxemburguês Jean-Claude Juncker, discordou da ideia do "comissário do orçamento". Mas há chefes de Governo a quem a proposta pareceu interessante. E, mesmo que não seja adoptada por agora (à hora que escrevo não se conhece a decisão da cimeira europeia) ela está no ar do tempo. O trágico é que a União Europeia não só parece ter abandonado toda a ideia de solidariedade e de coesão, toda a ideia de igualdade entre os Estados, como os seus membros mais ricos parecem empenhados na submissão dos mais pobres e na sua exploração através do mecanismo da dívida. A ideia da Europa nunca pareceu tão longínqua.

2. O desemprego acabou por conquistar direito de cidade na cimeira europeia e, em geral, nos debates sobre a crise financeira. Lentamente, a realidade da economia e a praga do desemprego acabou por conseguir ganhar um espaço no discurso, entre o pagamento imperativo da dívida, a inevitabilidade da austeridade, a necessidade de privatizar, a conveniência de reduzir os apoios sociais, o corte de gorduras do Estado. Foi preciso o número de desempregados na UE chegar a 23 milhões (5,3 milhões de desempregados só em Espanha) para o tema se tornar importante. Mas é interessante ver como o tema aparece no discurso dos políticos e nas notícias de política e economia. O desemprego é considerado como preocupante porque afecta as empresas (o retalho sofre) ou porque o elevado número de desempregados (principalmente de jovens desempregados, principalmente de jovens desempregados qualificados) faz recear tumultos generalizados ou mesmo... uma "Primavera europeia", exigindo não só empregos como democracia.

É pasmoso que o discurso político esteja cheio de preocupação com o desemprego devido aos seus efeitos na economia (ou seja, nas empresas) e não devido ao seu efeito nos próprios desempregados e nas suas famílias, devido ao sofrimento físico e moral que ele lhes causa, devido à miséria a que as famílias são condenadas pelo desemprego, devido à perda de auto-estima e ao desespero a que os desempregados são condenados, à destruição das suas condições de vida, da sua saúde, da sua educação, da sua participação cívica.

O trabalho não é apenas - nem sequer acima de tudo - uma necessidade para a economia. É uma necessidade para as pessoas, para a sua dignidade, para a sua relação com os outros e com a sociedade em geral. É triste constatar que tantos políticos se esqueceram disso. De que mais se terão esquecido? *(jvmalheiros@gmail.com)*

José Vítor Malheiros escreve neste espaço à terça-feira